

*Município de Mogadouro*

*Câmara Municipal*

# Relatório de Gestão

*do ano de 2022*

*APROVAÇÕES*

*Câmara Municipal*

*Em 11 de abril de 2023*

*Assembleia Municipal*

*Em 28 de abril de 2023*

# ÍNDICE

<b>ÍNDICE</b>	<b>1</b>
<b>I. Enquadramento Legal</b>	<b>2</b>
<b>II. Organização municipal e recursos humanos</b>	<b>7</b>
<b>III. Reporte Financeiro</b>	<b>8</b>
<b>1. Análise orçamental</b>	<b>9</b>
1.1. Receita	18
1.1.1. Execução Orçamental da Receita	20
1.1.2. Evolução e Estrutura da Receita Municipal	22
1.2. Despesa	35
1.2.1. Execução Orçamental da Despesa	35
1.2.2. Evolução e estrutura da Despesa Municipal	40
1.2.3. Despesa na ótica dos Planos	61
1.2.3.1. Plano Plurianual de Investimentos	65
1.2.3.2. Plano de Atividades Municipal	72
<b>IV. Linhas de Intervenção</b>	<b>77</b>
1. Educação e Cultura	77
2. Saúde e Qualidade de Vida	84
3. Desporto	86
4. Ação social	89
5. Segurança	89
6. Património Cultural	90
7. Atração e Dinamização da Iniciativa Empresarial	91
8. Turismo	91
9. Urbanismo	95
<b>V. Endividamento</b>	<b>101</b>
<b>VI. Poupança Corrente</b>	<b>105</b>
<b>VII. Análise Patrimonial</b>	<b>106</b>
<b>1. Evolução da Situação Económica e Financeira</b>	<b>106</b>
1.1. Análise ao Balanço	107
1.2. Análise à Demonstração de Resultados	111
<b>VIII. Proposta de Aplicação dos Resultados</b>	<b>115</b>
<b>IX. Anexos às Demonstrações Financeiras</b>	<b>116</b>



## I. Enquadramento Legal

Os principais documentos que sintetizam e descrevem a atividade desenvolvida pelo município, no final de cada ano económico, são a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão. A competência para a elaboração e aprovação dos documentos de prestação de contas, nas autarquias locais, é do órgão executivo, conforme o estipulado na Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, na alínea i) do artigo 33º, sendo colocadas à apreciação e votação do órgão deliberativo, a Assembleia Municipal, conforme o preconizado na alínea l), nº2 do artigo 25º da referida lei.

A obrigação de submissão ao órgão deliberativo para apreciação das contas da autarquia está patente no nº. 1 do artigo 76º da Lei 73/2013, de 3 de setembro e independentemente da apreciação por parte da Assembleia Municipal, os documentos serão, nos termos da Lei, remetidos para as seguintes entidades:

- Tribunal de Contas;
- Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL);
- Instituto Nacional de Estatística (INE);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

O documento de prestação de contas tem por objetivos: explicitar os níveis de execução alcançados, procurando referenciar os aspetos mais relevantes da atividade municipal, no que respeita à sua natureza económica e financeira; apresentar de forma clara e objetiva a situação económica do exercício em análise, bem como efetuar uma análise comparativa da evolução da gestão, nos


diferentes setores de atividade do município, no que respeita aos investimentos concretizados, às dívidas de curto, médio e longo prazo, financiamento e condições de funcionamento;

Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão dos Municípios, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados – os documentos previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade autárquica.

*O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, surge da necessidade de rever o modelo de gestão das finanças públicas e visa colmatar um conjunto de fragilidades verificadas no modelo anterior.*

*A aplicação do SNC-AP permite o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo e de informação, designadamente:*

- a) Evidenciar a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental;
- b) Conferir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de determinada entidade;
- c) Proporcionar informação para a determinação dos gastos dos serviços públicos;
- d) Proporcionar informação para a elaboração de todo o tipo de contas, demonstrações e documentos que tenham de ser enviados ao Tribunal de Contas e as demais entidades de controlo e supervisão;

- 
- e) Proporcionar informação para a preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais;
- f) Permitir o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos;
- g) Alcançar informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão.

Com a implementação do SNC-AP, pretende-se alcançar, um conjunto de expectativas, nomeadamente:

1. Promover a harmonização contabilística e uniformizar procedimentos;
2. Afastar um sistema contabilístico fragmentado e pouco consistente;
3. Alcançar a credibilidade das contas publicas, reforçando a transparência, a comparabilidade e a fiabilidade da informação financeira produzida;
4. Facilitar o controlo e a avaliação do desempenho dos organismos públicos;
5. Reforçar a confiança na solidez da Administração Pública.

O presente documento é elaborado à luz dos princípios anteriormente enunciados, na estrita observância dos normativos legais que lhe respeitam, num exercício que visa elucidar os titulares dos órgãos autárquicos e os municípios em geral sobre os seguintes indicadores:

- A execução orçamental, reportando o nível de execução orçamental da despesa realizada e o montante da receita arrecadada, os desvios registados relativamente à proposta de execução orçamental inicialmente aprovada, não esquecendo a avaliação do grau de concretização das Grandes Opções do Plano inscritas no Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades Mais Relevantes;



- A situação económica do Município de Mogadouro no final do exercício sujeita a análise, segundo uma perspetiva de evolução da gestão dos diferentes sectores de atividade, nomeadamente no que respeita aos investimentos realizados, à estrutura de funcionamento e respetivos custos e proveitos;
- A situação financeira reportada ao momento de encerramento do exercício, de acordo com indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações dos resultados;
- A evolução do passivo do Município, considerando a sua antiguidade e separando as dívidas de curto prazo, médio e longo prazo de e a terceiros;
- A proposta de aplicação do resultado líquido do exercício;
- Finalmente, e caso se venham a verificar, os factos que sejam considerados relevantes que tenham ocorrido após o fecho do exercício.

A análise aos indicadores referidos é apresentada em duas perspetivas distintas:

Na Perspetiva Orçamental onde estão apresentados os níveis de execução do orçamento, numa ótica de caixa, contemplando uma análise discriminada de toda a receita arrecadada bem como da despesa realizada.

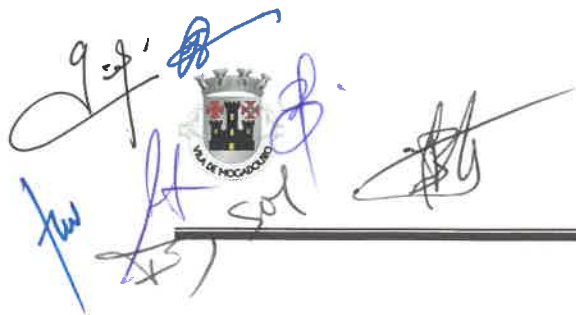
Na perspetiva Patrimonial onde estão expostas e analisadas as contas de maior relevo inscritas nos principais documentos contabilísticos, ou seja, no Balanço, na Demonstração dos Resultados e seus correspondentes anexos. Por outro lado, estes documentos refletem do ponto de vista financeiro, à data de 31 de dezembro de 2022, o património municipal, o passivo, a origem da

formação dos resultados e ainda o destino dado aos recursos financeiros, no ano económico em apreciação.

Tendo em conta que o Relatório de Gestão é apenas um dos documentos de prestação de contas, para uma completa e mais cuidada apreciação devem também ser analisados os dados inscritos nas restantes peças que o acompanham, designadamente as seguintes:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados;
- Mapas de execução orçamental:
  - da Receita;
  - da despesa;
  - das Grandes Opções do Plano.
- Mapa de fluxos de caixa;
- Mapa de operações de tesouraria;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Caracterização da entidade;
- Certificação Legal de Contas;
- Demonstração das alterações no Património Líquido;
- Demonstração de desempenho orçamental;
- Anexo às demonstrações orçamentais.

Do Relatório de Gestão consta também um documento da responsabilidade do Revisor Oficial de Contas com a Certificação Legal de contas e respetivo parecer e a relação dos encargos assumidos e não pagos à data de 31 de dezembro de 2022.



## II. Organização municipal e recursos humanos

As competências da administração municipal são as definidas para o órgão executivo e respetivo presidente nos termos da lei, nomeadamente as previstas no Regime Jurídico das Autarquias Locais, contando com o apoio instrumental da organização de diversas Unidades e Serviços.

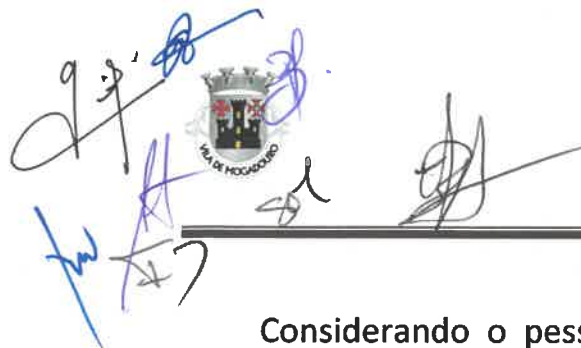
O Município de Mogadouro, para o exercício das atribuições que lhes estão cometidas, e nas mais diversas áreas de intervenção, designadamente da educação, património, cultura, desporto, ação social, habitação, proteção civil, ambiente, salubridade e saneamento básico, ordenamento do território entre outras, em 31 de dezembro de 2022, contava com 210 trabalhadores, distribuídos pelas diferentes unidades orgânicas.

Comparativamente ao ano de 2021, o saldo entre o número de entradas e saídas de efetivos, é positivo em 27 unidades, na medida em que se registaram 50 novas entradas, 47 delas provenientes da transferência do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas, 1 regresso de licença sem vencimento e 1 por procedimento concursal de mobilidade entre órgãos e uma nomeação.

Quanto ao número de saídas no total de 23, 16 ocorreram por caducidade de contrato, 1 por licença sem vencimento, 4 por aposentação e 2 por mobilidade entre órgãos.

Do total de 210 trabalhadores, as três principais carreiras representadas são as de assistente operacional com 135 efetivos (64,28%), assistente técnico com 38 efetivos (18,09%), e técnico superior com 25 efetivos (11,9%).





Considerando o pessoal dos Gabinetes da Presidência e Vereação (3) registam-se 111 do género masculino e 102 do género feminino, sendo que o escalão etário onde se regista o maior número de trabalhadores é o de 55 aos 59 anos com 46, logo seguido do escalão dos 60 aos 64 anos com 40 efetivos, dos 40 aos 44 anos, com 30 e dos 45 a 49 e 50 aos 54 anos, ambos com 29 efetivos.

Porque a formação contínua visa promover a atualização e a valorização pessoal e profissional dos funcionários e agentes, em consonância com as políticas de desenvolvimento, inovação e mudança da administração autárquica, no ano de 2022, foram ministradas um total de 360 horas de formação interna e externa.

### III. Reporte Financeiro

O SNC-AP traz uma nova visão de prestação de contas que integra, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional. O foco está cada vez mais no reporte de informação útil (financeira e não financeira), que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas e nas necessidades sentidas pelos utilizadores.

Este novo normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão.

A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental.



A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.


Cabe neste capítulo, fazer uma análise destes três tipos de contabilidade (orçamental, financeira e de gestão), destacando as diferenças existentes entre os valores relativos a rendimentos e gastos, o que corresponde à contabilidade financeira e das receitas e despesas que corresponde à contabilidade orçamental.

O Relatório de Gestão procura evidenciar a situação económica e financeira da autarquia no final do ano de 2022, permitindo assim o conhecimento real sobre a eficácia atingida sobre os objetivos traçados nas Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovados para o mesmo ano.

## 1. Análise orçamental

A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental.

A demonstração de desempenho orçamental é um mapa que espelha os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria evidenciando também os saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, dividido segundo a sua origem.



Os valores de operações de tesouraria demonstram montantes retidos em dinheiro pela autarquia referentes a cauções e garantias, relativos a fornecimentos e empreitadas.

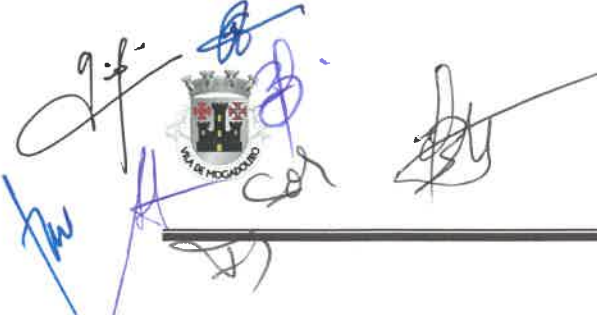
Neste capítulo é efetuada uma análise da contabilidade orçamental. Destacamos as divergências existentes entre os valores referentes a rendimentos e gastos (contabilidade financeira) e de receitas e despesas (contabilidade orçamental) pela natureza distinta dos conceitos aplicados em cada uma.

O controlo dos fluxos financeiros anual é condicionante da gestão da Autarquia e tem a vantagem de eliminar riscos de desequilíbrio decorrentes de projeções orçamentais demasiado otimistas, não deixando de provocar também alguns constrangimentos, nomeadamente diminuindo as possibilidades do planeamento a longo prazo em função da real expectativa de receita.

Parece-nos que as aludidas dificuldades não farão sentido em Municípios com a situação financeira equilibrada, como tem vindo a ser o caso do Município de Mogadouro.

Nos capítulos seguintes será efetuada uma análise do desempenho orçamental, financeiro, económico e de gestão, com base nas peças de execução orçamental e relato financeiro, ao exercício económico de 2022, com destaque para os principais indicadores, efetuando-se a adequada comparabilidade com exercícios anteriores.

Quanto à receita, esta deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de previsão de receita, liquidação e recebimento,



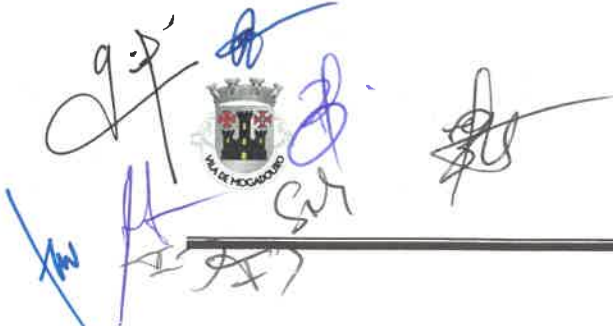
sem prejuízo de eventuais anulações de receita emitida que corrijam a liquidação ou de eventuais reembolsos e restituições que corrijam o recebimento e, eventualmente, a liquidação. Só poderão ser liquidadas as receitas previstas em orçamento.

Já a despesa deve obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de dotação orçamental, cabimento, compromisso, obrigação e pagamento, sem prejuízo de eventuais reposições abatidas aos pagamentos que para além de corrigirem os pagamentos podem igualmente corrigir todas as fases até ao cabimento. O cabimento não pode exceder a dotação disponível, assim como o compromisso não pode exceder o respetivo cabimento. A obrigação não pode exceder o valor do compromisso, assim como o pagamento não pode exceder o valor da obrigação.

Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais, são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

O relato orçamental pode também proporcionar aos utilizadores informação que indique:

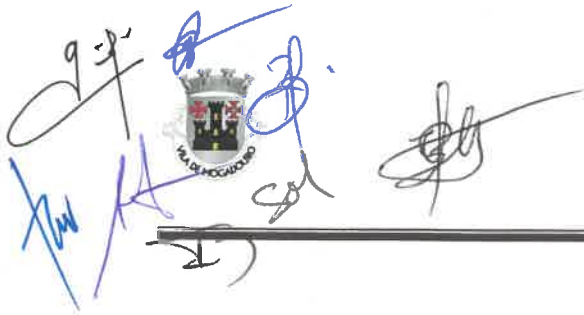
- Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado;
- Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com os requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.



A execução do Orçamento permite apurar os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o ano 2022, por tipologia de rubrica orçamental e por setor de atividade, bem como os respetivos desvios face ao previsto e ao período homólogo do ano anterior. Para além disso, dão-se a conhecer as rubricas com maior peso na estrutura global das receitas e despesas arrecadadas e realizadas durante o ano, bem como as rubricas alvo de maior investimento por parte do executivo e respetivas fontes de financiamento.

Desde a entrada em vigor da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que introduziu alterações à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA, entretanto regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, foram impostas novas regras na assunção de compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas, a qual representa um importante instrumento de controlo da execução orçamental. Ao impor o cálculo dos fundos disponíveis antes da assunção de qualquer compromisso, funciona como medida cautelar na gestão municipal, reduzindo assim o risco orçamental na medida em que faz depender da existência de recursos financeiros as aquisições, a execução de obras ou a atribuição de subsídios e apoios a outras entidades, concluindo-se assim que, se o orçamento estiver sobre orçamentado do lado da receita, aquela Lei, impede a realização de nova despesa porque esta só pode ser assumida se for verificada a existência de fundos disponíveis para a pagar.

Também os encargos da dívida transitada de anos anteriores, além de terem que estar inscritos no orçamento do novo ano económico, devem ser os primeiros a ser registados nos fundos disponíveis porque a Lei impõe que só



depois de registados esses compromissos se pode avançar com novas despesas, desde que as mesmas tenham cobertura nos fundos disponíveis.

Sem prejuízo dos modelos de demonstrações orçamentais relativas ao exercício de 2022, a seguir se apresenta uma análise às principais dimensões da execução da contabilidade orçamental.

## Resumo do orçamento

A comparação entre o Orçamento Final (corrigido) e o Executado permite aferir da fiabilidade do orçamento apresentado e da capacidade financeira da sua execução em face do volume de receitas efetivamente arrecadado.

Na elaboração dos Documentos Previsionais para **2022**, foi aprovado o orçamento de acordo com as previsões iniciais constantes do quadro seguinte:

RESUMO DO ORÇAMENTO - INICIAL			
Receitas	Valor	Despesas	Valor
Correntes.....	12.859.969,00€	Correntes.....	12.261.765,00€
De Capital.....	10.683.310,00€	De Capital.....	11.821.514,00€
<b>Total Geral</b>	<b>23.543.279,00</b>	<b>Total Geral</b>	<b>23.543.279,00€</b>

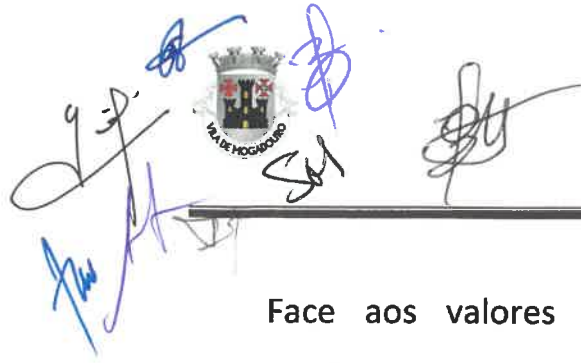
Na sequência das necessárias, adequadas e legais alterações orçamentais produzidas durante a sua execução, resultou o seguinte orçamento corrigido, de acordo com quadro infra:

RESUMO DO ORÇAMENTO - corrigido			
Receitas	Valor	Despesas	Valor
Correntes.....	13.855.672,21€	Correntes.....	13.261.765,00€
De Capital.....	5.276.094,60€	De Capital.....	11.281.514,00€
Outras a).....	5.411.512,19€		
a) Reposições não abatidas aos pagamentos + saldo de gerência do exercício anterior			
<b>Total Geral</b>	<b>24.543.279,00</b>	<b>Total Geral</b>	<b>24.543.279,00€</b>

Comparando os valores previstos no Orçamento Corrigido com os montantes já executados na Receita e na Despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, vertidas no quadro representado a seguir.

Estes indicadores traduzem assim, a capacidade de realização das receitas e das despesas programadas, dado que a taxa referente as despesas, é calculada com base nos valores efetivamente pagos e da receita efetivamente cobrada (execução financeira).

Designação	Orçamento 2022		Execução Líquida(c)	Desvio (b)-(c)	Grau de Execução (%)
	Inicial(a)	Final(b)			
<b>Receitas</b>	<b>23.543.279,00</b>	<b>24.543.279,00</b>	<b>22.940.037,06</b>	1.603.241,94	<b>93,50%</b>
Correntes	12.859.969,00	13.855.672,21	13.826.767,54	28.904,67	99,80%
Capital	10.683.310,00	5.276.094,60	3.702.421,17	1.573.673,43	70,20%
Outras	-	5.411.512,19	5.410.848,35	663,84	100,00%
<b>Despesas</b>	<b>23.543.279,00</b>	<b>24.543.279,00</b>	<b>18.247.967,19</b>	<b>6.295.311,81</b>	<b>74,40%</b>
Correntes	11.261.765,00	13.261.765,00	10.480.766,65	2.780.998,35	79,00%
Capital	11.281.514,00	11.281.514,00	7.767.200,54	3.514.313,46	68,80%



Face aos valores globais apresentados, verifica-se uma execução equilibrada entre a receita e a despesa, sendo que a execução global da receita traduz **93,50%**, garantindo o exigido no n.º 3 do art.º 56.º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, ou seja, uma taxa de execução não inferior a **85%**, em dois exercícios consecutivos.

A despesa paga totalizou **18.247.967,19€**, traduzindo uma execução de **74,4%** e um acréscimo de 1.731.329,17€, o que corresponde a **10,48%**, face ao ano de 2021.

## RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA

O mapa resumo dos Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria evidenciando também os saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, dividido segundo a sua origem. Os valores de operações de tesouraria referem-se a cobranças que a autarquia faz para entidades terceiras, relativas a: cauções e garantias, relativos a fornecimentos e empreitadas.

Estes movimentos resultam de entradas e saídas de fundos feitas à margem do orçamento, sendo objeto de movimentação contabilística apenas no sistema da contabilidade patrimonial.

O Fluxo das Atividades Operacionais que resulta da diferença entre a receita corrente e a despesa corrente é positivo em 3.346.000,89 euros.

Na ótica do pagamento, o investimento efetuado pelo Município durante o exercício de 2022 foi superior às receitas de capitais, apresentando assim, o



Fluxo das Atividades de Investimento um superavit de 4.064.779,37 euros, refletindo assim o financiamento de parte do Investimento, com a Poupança Corrente.

Recebimentos		Pagamentos	
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	6.180.495,59€	DESPESAS ORÇAMENTAIS	18.247.967,19€
Execução Orçamental	5.704.064,69€	Correntes	10.480.766,65€
Operações de Tesouraria	776.430,90€	Capital	7.767.200,54€
RECEITAS ORÇAMENTAIS	17.535.972,37€	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	97.738,04€
Correntes	13.826.767,54€		
Capital	3.702.421,17€	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	5.730.958,70€
Outras	6.873,66€	Execução Orçamental	4.692.069,87€
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	360.195,97€	Operações de Tesouraria	1.038.888,83€
<b>TOTAL</b>	<b>24.076.663,93€</b>	<b>TOTAL</b>	<b>24.076.663,93€</b>

Assim, como se constata, no ano 2022, o valor dos fluxos financeiros apresenta um total de 24.076.663,93 euros.

Destaca-se o saldo transitado para 2023 (gerência seguinte) no valor total de 5.730.958,70 euros, desagregando-se em execução orçamental o valor de 4.692.069,69 euros e operações de tesouraria o valor de 1.038.888,83 euros, valor que corresponde ao saldo do Município em Caixa e Depósitos à Ordem, conforme consta do Balanço a 31/12/2022. O saldo orçamental que transita para o exercício seguinte, poderá ser utilizado em despesa de 2023 após a aprovação da respetiva revisão orçamental pelo Órgão Deliberativo.

A título de **Operações de Tesouraria** foram recebidos, durante o ano de 2022, o valor de 360.195,97€ aos quais acresce o saldo de gerência do ano anterior a este título, no montante de 776.430,90€. Saíram para as diversas



entidades 97.738,04€, pelo que resultou um saldo para a gerência seguinte no montante de 1.038.888,93€.

## MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Para a elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022 foram seguidos os princípios e regras previstas no ponto 3 do POCAL, procurando-se aproximar o mais possível a previsão, do real, o desempenho do Município.

Tratando-se de um documento de natureza previsional, a sua execução implica com naturalidade a existência de alguns ajustamentos, procedendo-se assim à realização de alterações orçamentais, que introduziram modificações quer nas receitas quer nas despesas, ajustando assim as previsões orçamentais. Nesse sentido, durante o ano em apreciação, foram operadas catorze alterações permutativas e uma alteração modificativa ao Orçamento da Receita e trinta alterações permutativas e duas alterações modificativas ao Orçamento da Despesa.

Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos, registou ao longo do ano duas alterações modificativas e 26 alterações permutativas e o Plano de Atividades Municipais 25 alterações permutativas e uma alteração modificativa.

O Orçamento final foi aprovado pelo valor de 24.543.279,00€, dos quais foram cabimentados 22.998.403,54€, comprometidos 22.825.239,70€ e faturados 18.334.007,80€. Destes foram pagos 18.247.967,19€.



## 1.1. Receita

As receitas municipais agrupam-se segundo a sua natureza económica em **Receitas Correntes, Receitas de Capital e Outras Receitas**, (no qual se incluem as Reposições Não Abatidas nos Pagamentos (RNAP) e o Saldo da Gerência anterior) em obediência ao disposto no Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de fevereiro e ao classificador económico, disponibilizado pela DGAL, o qual classifica a receita por capítulos.

A componente “RNAP”, abrange as receitas resultantes de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em exercícios anteriores ou no próprio ano. Este tipo de reposições, implica a correção das dotações de despesa utilizadas e dos respetivos saldos disponíveis, não sendo considerada receita orçamental.

A classificação económica das **receitas**, corresponde à sua distribuição de acordo com o critério de proveniência dos recursos.

A Receita total cobrada bruta totalizou **23.222.734,18€**, sendo que **216.053,65€**, dizem respeito a receitas por cobrar no início do período, transitadas de anos anteriores referente a dívidas de terceiros ao Município.

A receita total cobrada líquida, deduzida dos reembolsos e restituições ocorridos, no valor de **282.697,12€**, totalizou **22.940.037,06€**.

Como resultado da execução do orçamento da Receita, ficam **227.492,17€** de receitas por cobrar no final do ano e uma taxa de execução de **93,5%**.

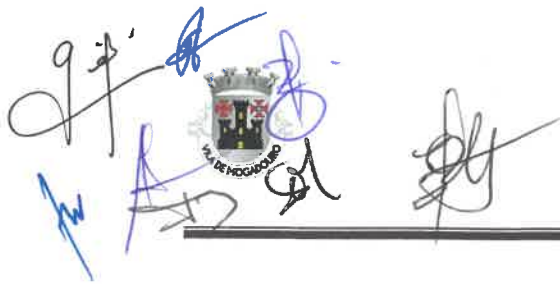
No ano de 2022, **não considerando o saldo da gerência anterior**, a receita cobrada atingiu os 17.535.972,37 euros, verificando-se um aumento 1.182,46 euros face ao ano de 2021.

O Quadro seguinte compara os valores orçamentados com os valores efetivamente realizados, traduzindo a taxa de execução de cada uma das rubricas.

Decompondo a receita global, temos que 60,3% dizem respeito a receitas correntes, 16,1% se referem a receitas de capital e 23,6% a outras receitas. Nas primeiras, assumem maior peso as transferências correntes, seguindo-se a venda de bens e serviços correntes e os impostos diretos, três rubricas que por si só representam 56,16% das receitas totais cobradas (saldo da gerência anterior incluído).

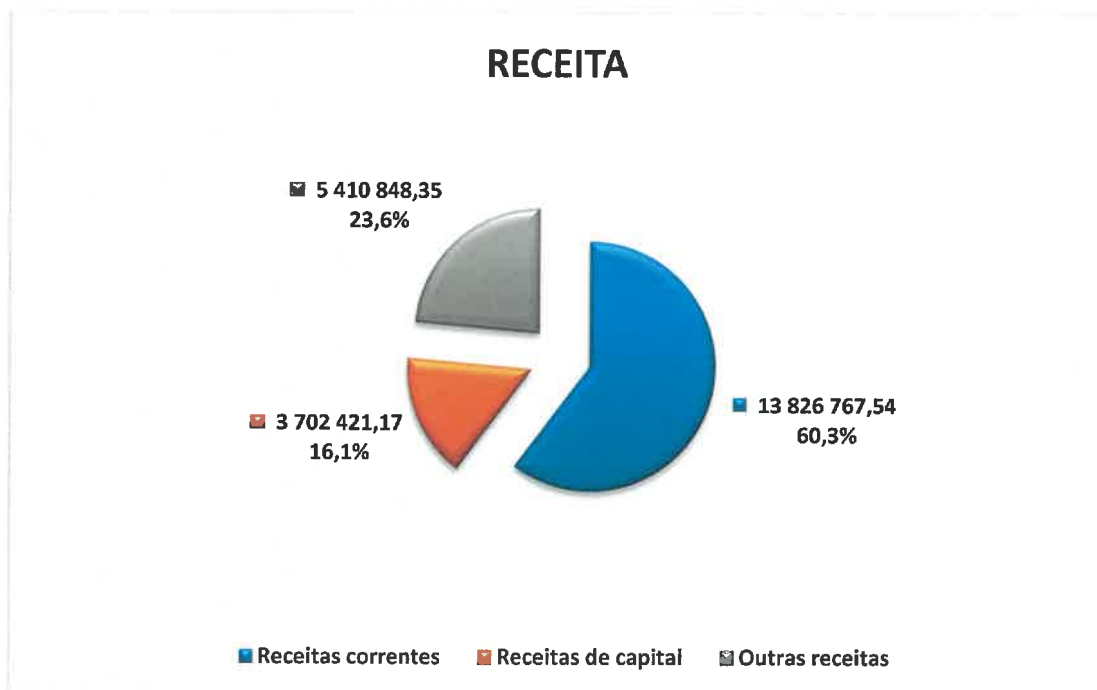
No que diz respeito à execução, a Receita Corrente teve uma taxa de 99,8%, enquanto a Receita de Capital se ficou pelos 70,2%, resultante da alteração feita no final do ano, portanto com as previsões corrigidas. Quanto à Despesa e tendo também em conta os valores previstos no Orçamento Final, regista uma taxa de execução de 79% na corrente e 68,8% na de Capital.

O Orçamento para 2022 apresentava um valor de 23.543.279,00€ para a dotação inicial prevista, tendo o valor para a dotação final sido alterado para 24.543.279,00 euros, resultando da sua desagregação, os valores de 13.855.672,21€ nas receitas correntes e que sofreram um aumento de 995.703,21 euros, 5.276.094,60€ nas receitas de capital que tiveram uma variação considerável de 5.407.215,40 euros, e 5.411.512,19€ nas outras receitas, resultante de alteração modificativa ao orçamento pela inclusão do saldo da gerência anterior e a criação da rubrica de Reposições Não Abatidas nos Pagamentos.



### 1.1.1. Execução Orçamental da Receita

A análise da receita tem por base o comparativo entre os valores previsionais e os valores efetivamente cobrados neste período.



Serão identificadas as parcelas mais relevantes da estrutura da receita e justificadas as principais variações. Para tal, será efetuada uma análise comparativa dos valores executados com os previstos, bem como das variações verificadas com o ano anterior.

#### Receitas - 2021

Natureza	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Execução %
Correntes	12.942.445,00 €	12.942.038,78 €	12.825.617,35 €	99,10%
Capital	9.993.563,00 €	6.427.100,76 €	4.702.433,30 €	73,17%
Outras	0,00 €	4.392.652,46 €	4.392.652,06 €	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>22.936.008,00 €</b>	<b>23.761.792,00 €</b>	<b>21.920.702,71 €</b>	<b>92,25%</b>

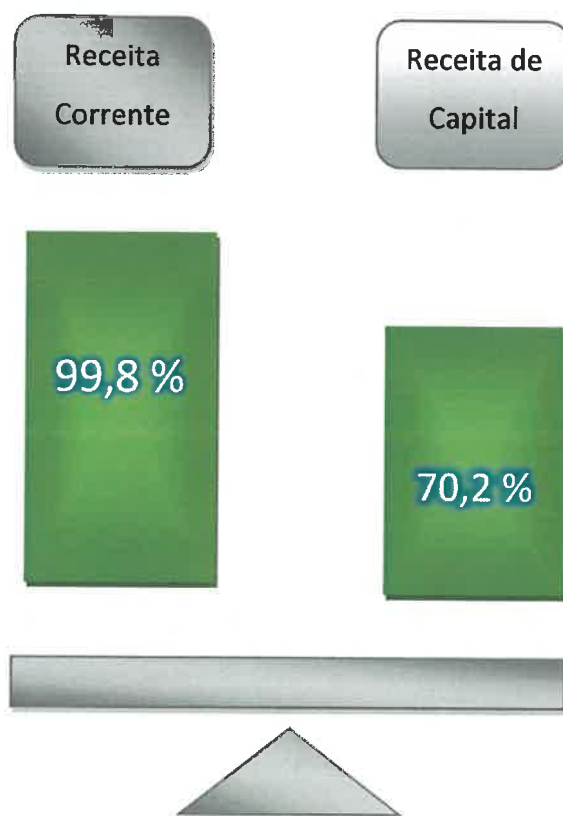


Comparando os valores do mapa supra com os do ano em análise, regista-se um aumento considerável na receita corrente no valor de 1.001.150,19€, enquanto na recita de capital se regista um decréscimo de 1.000.012,03 euros.

A taxa de execução global da receita, incluindo o valor do saldo da gerência anterior é de 93,50%, significando que o total da receita aumentou em 1.019.334,35 euros em valor e também 1,2 em percentagem de execução, comparativamente ao ano anterior.

Na receita corrente, quer o valor, quer a taxa de execução é superior, já na receita de capital, tanto o valor como a taxa de execução, são inferiores ao ano de 2021, conforme retratado no esquema seguinte.

### Taxas de Execução da Receita - 2022




## 1.1.2. Evolução e Estrutura da Receita Municipal

### RECEITAS CORRENTES

Tendo em conta que as receitas correntes são aquelas que detêm maior impacto na receita total, contribuindo com 13.826.767,54€ e em regra, provêm do rendimento do próprio período económico, como se infere pelo quadro seguinte, face ao ano de 2021, houve uma variação positiva de 7,8%, no total das receitas correntes cobradas, explicado pelo maior valor arrecadado em todas as rubricas com principal incidência nas transferências correntes e na venda de bens e serviços correntes.

Descrição	2022				
	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA LÍQUIDA	PESO ESTRUT. (CORRENTES)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
<b>RECEITAS CORRENTES</b>					
<b>IMPOSTOS DIRETOS</b>	<b>1.047.086,00 €</b>	<b>1.046.697.563 €</b>	<b>7,57</b>	<b>4,56</b>	<b>99,96</b>
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	697.260,00 €	697.259,38 €	5,04	3,04	100,00
Imposto Único de Circulação	188.220,00 €	188.219,19 €	1,36	0,82	100,00
Imp. Mun.s/ T. Onerosas Imóveis (IMT)	161.546,00 €	161.218,96 €	1,17	0,70	99,80
Impostos Abolidos e outros	40,00 €	0,00 €	-	-	-
<b>TAXAS, MULTAS OUTRAS PENALIDADES</b>	<b>190.374,00 €</b>	<b>184.735,42 €</b>	<b>1,34</b>	<b>0,80</b>	<b>97,04</b>
<b>RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE</b>	<b>645.598,00 €</b>	<b>644.645,72 €</b>	<b>4,66</b>	<b>2,81</b>	<b>99,85</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>10.792.352,15 €</b>	<b>10.784.215,20 €</b>	<b>77,99</b>	<b>47,01</b>	<b>99,92</b>
FEF - Fundo Equilíbrio Financeiro	8.950.424,00 €	8.950.424,00 €	64,73	39,02	100,00
FSM - Fundo Social Municipal	123.081,00 €	123.081,00 €	0,89	0,54	100,00
Participação Fixa no IRS	146.144,00 €	146.144,00 €	1,06	0,64	100,00
Participação no IVA	44.303,00 €	44.302,62 €	0,32	0,19	100,00
Transferência de competências	585.750,00 €	585.273,59 €	4,24	2,55	99,92
Outras	942.650,15 €	934.989,99 €	6,76	4,08	99,19
<b>VENDA BENS SERVIÇOS CORRENTES</b>	<b>1.064.811,00 €</b>	<b>1.051.993,71 €</b>	<b>7,61</b>	<b>4,59</b>	<b>98,80</b>
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>115.451,06 €</b>	<b>114.479,96 €</b>	<b>0,83</b>	<b>0,50</b>	<b>99,16</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>13.855.672,21 €</b>	<b>13.826.767,54 €</b>	<b>100,00</b>	<b>60,27</b>	<b>99,79</b>



Neste grupo distinguem-se com larga vantagem, as receitas provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro no valor de 8.950.424,00 euros.

Mais uma vez, de acordo com o quadro anterior, constatamos que o município depende essencialmente da receita proveniente das transferências correntes (OE), pois esta assume por si só, um peso de 77,99% do total das Receitas Correntes e 47,01% do total geral, muito longe de todos os outros conjuntos de receita.

Em termos relativos, o aumento das receitas próprias em 2022 resulta do crescimento generalizado em todos os grupos de receita com as receitas provenientes dos impostos diretos a crescerem 0,42%, as taxas, multas e outras penalidades 36,80%, os rendimentos de propriedade 9,66%, as transferências correntes 7,37%, a venda de bens e serviços 14,88% e as outras receitas correntes a registarem o crescimento de 13,29% quando comparados com os registados em 2021.

Tendo em conta a sua importância para o financiamento das despesas certas e permanentes municipais, que por sua vez têm tendência a crescer, fruto das necessidades de manutenção das infraestruturas e equipamentos municipais, grande parte deles construídos com apoios comunitários nas últimas décadas, para além do reforço de competências delegadas da administração central nos municípios, o aumento da receita corrente era desejável.

## IMPOSTOS DIRETOS



Da análise da evolução da receita própria, proveniente de Impostos Diretos cobrados, verificamos que representam 7,57% do total das receitas correntes, e 4,56% da receita total, e tiveram uma taxa de execução de 99,96%, o que equivale a um ligeiro acréscimo de 0,42% no decurso do exercício de 2022 face a 2021 como atrás referido, equivalente a 4.392,13 euros, conforme detalhe que se segue.

Descrição	2022	2021	Var. €	Var. %
Receitas	Receita cobrada bruta			
Impostos Diretos:	1.046.697,53	1.042.305,40	4.392,13	0,42
- Imposto Municipal s/ Imóveis	697.259,38	686.323,45	10.935,93	1,59
- Imp. Municipal s/t. O. Imóveis	161.218,96	177.797,68	-16.578,72	-9,32
- Imposto Único de Circulação	188.219,19	178.184,27	10.034,92	5,63
- Outros abolidos por lei	0,00	0,00	0,00	

Destaca-se o facto de estas rubricas, serem objeto de regras orçamentais, pois as Autarquias são obrigadas a estimar o montante dos impostos diretos que preveem vir a arrecadar, em cada ano, tendo por base a média aritmética simples dos últimos 24 meses que precedem a elaboração das suas peças previsionais.

## TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

Este conjunto revela uma execução de 184.735,42 euros, correspondendo a 1,34% da receita corrente total e um grau de execução de 97,04% e engloba a cobrança de várias taxas. Tratando-se de uma rubrica com um ciclo instável de cobranças, nem sempre depende do Município, a sua melhor execução.



Com maior destaque, cabe aqui a rubrica do saneamento, com o valor nominal de 92.462,76 euros que registou um acréscimo próximo dos 14 mil euros e representa 50,05% do total, as taxas de loteamento e obras, o valor de 22.989,87 euros, aos mercados e feiras o valor de 18.205,00 euros, cabendo à cobrança de outras taxas diversas, o valor de 42.505,75 euros, o valor restante deste grupo.

## RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE

Este capítulo, regista um acréscimo de 9,66% e 56.801,25 euros, face a 2021, apresentando no final de 2022 um total de 644.645,72 euros.

Nesta rubrica são considerados essencialmente os rendimentos obtidos da Movhera e E-Redes, Distribuição de Eletricidade, S.A. pela concessão, bem como o rendimento proveniente da produção de energia do parque eólico existente no Concelho e ainda a renda relativa à utilização da rede de gás do Município.

Este capítulo regista uma taxa de execução de 99,9%, contribuindo assim com 4,66%, para o total da receita corrente.

### ***Quadro das variações das Taxas, Multas e outras Penalidades e Rendimentos de Propriedade:***

Descrição	2022	2021	Var. €	Var. %
Receitas	Receita cobrada bruta			
Taxas, Multas e O. Penalidades	184.735,42	135.031,71	49.703,71	36,81
Rendimentos de Propriedade	644.645,72	587.844,47	56.801,25	9,66



## TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes são, dentro do domínio das receitas correntes as que mais contribuíram para o valor da receita obtido em 2022.

As regras legais para o cálculo das transferências anuais do Orçamento de Estado para os Municípios, são as constantes na Lei das finanças Locais (Lei 73/2013 de 3 de setembro).

São parte integrante as transferências do Orçamento do Estado o (FEF, FSM, IRS e a participação no IVA). Verifica-se um decréscimo no FEF – Fundo de Equilíbrio corrente no valor de 89.405,00 euros, correspondente a 0,98%. Quanto ao valor do Fundo Social Municipal, registou também uma descida de 54.715 euros que corresponde a menos 30,77% e a participação fixa no IRS, aumentou face ao ano 2021 a percentagem de 8,5% o equivalente a 11.455,00 euros.

Neste capítulo, está também e pela primeira vez, registado o valor de 585.273,59 euros, destinado ao financiamento da transferência de competências do Estado na área da Educação.

Na rubrica “Serviços e Fundos Autónomos” com 190.429,45 euros, são contabilizadas apenas as receitas provenientes do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) resultante dos vários contratos celebrados com aquela entidade e ainda o valor pelo PEPAL, transferido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

As transferências correntes em 2022 com um total de 10.784.215,20 euros, tiveram um aumento global de 7,37% em relação ao ano transato, o equivalente a 740.536,39 euros, conforme mapa que se segue.

Descrição	2022	2021	Var. €	Var. %
Receitas	Receita cobrada bruta			
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:</b>	10.784.215,20	10.043.678,81	740.536,39	7,37
Empresas Públicas	264.500,00	264.750,50	-250,50	-0,09
FEF - Fundo Equilíbrio Financeiro	8.950.424,00	9.039.829,00	-89.405,00	-0,99
FSM - Fundo Social Municipal	123.081,00	177.796,00	-54.715,00	-30,77
Participação Fixa no IRS	146.144,00	134.689,00	11.455,00	8,50
Participação no IVA	44.302,62	70.775,62	-26.473,00	-37,40
Outros	296.162,35	211.035,33	85.127,02	40,34
Serviços e Fundos Autónomos	190.429,45	132.953,84	57.475,61	43,23
Segurança Social	11.849,52	11.849,52	0,00	-

A rubrica “Outros” regista um crescimento substancial em relação a 2021, e contempla as receitas provenientes da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (52.870,01€) inerentes às atividades de enriquecimento curricular, auxiliares de ação educativa, componente social e refeições do 1º ciclo e pré-escolar, do Ministério da Administração Interna (11.922,18€) para eleições e recenseamento eleitoral, do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I.P. (11.685,00€) destinado ao apoio para elaboração da estratégia local de habitação, e também da Agência Portuguesa do Ambiente (150.000,00€) para financiamento de medidas de apoio à seca e ainda o valor de 67.024,00€ relativo a uma subvenção adicional específica do fundo social municipal, referente aos anos de 2019, 2020 e 2021 no âmbito do nº.1 do artigo 103º da lei nº.12/2022 de 27 de junho e no nº.1 do artigo 2º da lei nº. 21/2022 de 18 de novembro.

Da Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P. foram recebidos 172.048,67€, para financiamento do projeto designado por Planos Integrados e

Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (96.153,76€), medidas publicas de emergência para conter e limitar a pandemia do COVID 2019 (66.079,51€ e ainda para a melhoria de qualidade de vida em Mogadouro (9.815,40€).


O valor registado na “Empresas Públicas”, diz respeito a transferências provenientes da MOVHERA – Hidroelétricas do Norte, S.A., pelo protocolo celebrado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (264.500,00€), e o da rubrica “Sistema de Solidariedade e Segurança Social”, do Instituto da Segurança Social, I.P. com 11.849,52€ para funcionamento do CPCJ, com valores idênticos aos de 2021.

## VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

Nesta rubrica estão contabilizados, o produto da venda de bens e serviços, não considerados bens de investimento como a venda de água, tarifas de disponibilidade de água, águas residuais, resíduos sólidos, serviços sociais, culturais e desportivos, bem como as rendas de equipamentos municipais.

A estas receitas, estão subjacentes preços que deveriam corresponder a valores sensivelmente idênticos aos custos de aquisição dos bens ou serviços vendidos.

Descrição	2022	2021	Var. €	Var. %
Receitas	Receita cobrada bruta			
<b>VENDA BENS E SERVIÇOS CORRENTES:</b>	<b>1.051.993,71</b>	<b>915.710,20</b>	<b>136.283,51</b>	<b>14,88</b>
Mercadorias	9.199,05	646,35	8.552,70	1.323
Produtos acabados intermédios-Água	296.133,27	249.335,81	46.797,46	18,77
Serviços sociais, recreativos e culturais	73.963,76	34.224,45	39.739,31	116,11
Serviços específicos das autarquias	618.978,35	592.659,49	26.318,86	4,44
Rendas	43.307,68	38.136,50	5.171,18	13,56
Outros	13.476,08	707,60	12.768,48	1.804



Estas receitas, tiveram no seu conjunto um acréscimo de 14,88%, face ao ano de 2021, correspondente ao valor de 136.283,51 euros, totalizando 1.051.993,71 euros no final do ano, e com uma taxa de execução de 98,8%. Como se pode verificar pelo mapa supra, todas as rubricas tiveram um aumento considerável.

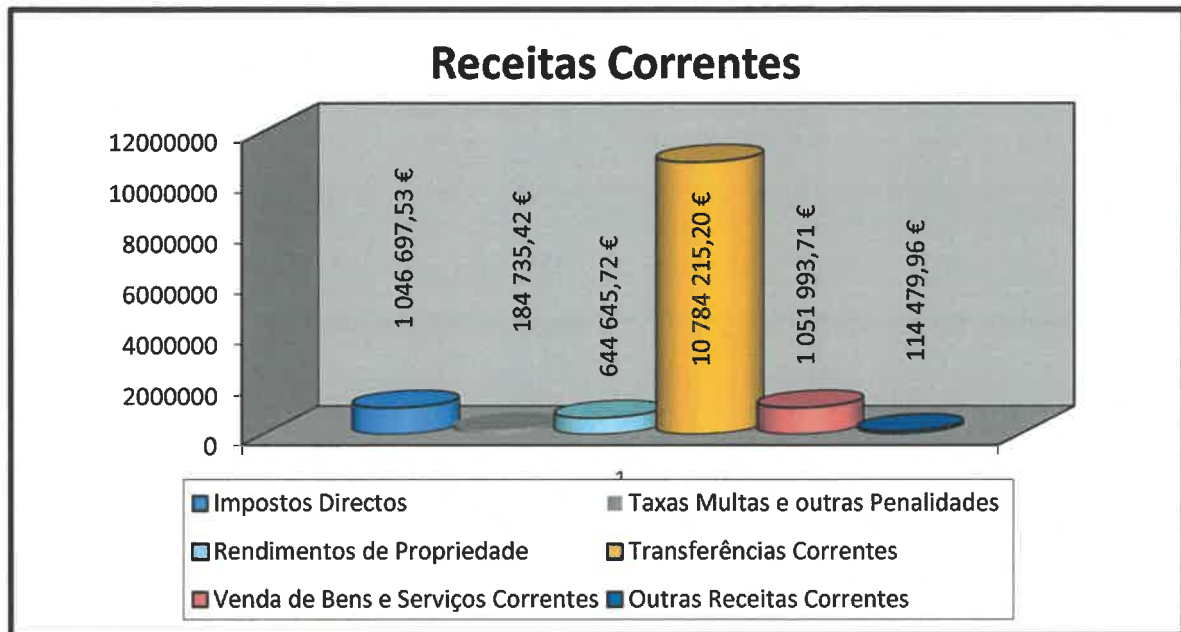
As demais receitas deste capítulo são de caráter residual, com destaque para as rubricas “Transportes” e “Creches e Refeitórios” que registam valores diminutos face ao serviço gratuito de transportes que o Município proporciona a todos os estudantes em relação à primeira, ao elevado número de isenções de pagamento de refeições servidas na cantina do Centro Escolar por precariedade da situação financeira dos agregados familiares em relação à segunda.

## OUTRAS RECEITAS CORRENTES

As Outras Receitas Correntes são uma rubrica residual, gerando uma receita de 114.479,96€, sendo que 48,11%, diz respeito ao IVA reembolsado (55.076,89€) e o restante, a receitas diversas no montante 59.403,07€, relativas a revalidações de cartas de condução, a indemnizações pagas por companhias de seguros, o reembolso do pagamento dos custos com a eletricidade do edifício onde funciona a Conservatória dos Registos Centrais e ainda valor relativo a reforços de garantia.

Este agregado teve uma execução de 99,2% face aos valores previstos e uma variação positiva de 13,29% comparativamente ao ano de 2021.

## ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES



## RECEITAS DE CAPITAL

Relativamente à estrutura e evolução das receitas de capital importa evidenciar os seguintes agregados, pela sua materialidade:

Este tipo de receitas, com exceção do FEF capital, são receitas extraordinárias, cujo recebimento sendo pontual, reveste-se de carácter não permanente, a que o município recorre para fazer face às despesas de financiamento. Segue-se a análise do desempenho desta receita ao nível da previsão orçamental e sua cobrança bem como a análise relativamente ao período homólogo do ano anterior.

A receita de capital cobrada apresenta uma execução de 70,17% face à receita de capital corrigida.

A participação comunitária em projetos financiados, destaca-se neste grupo, atingindo 2.236.066,36 euros e uma taxa de execução de 71,72%.

Estas receitas subdividem-se quanto ao tipo, em 5 grupos, conforme espelha o quadro seguinte:

Descrição	2022				
	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUTURAL (Capital)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
Venda de bens de investimento	117.748,00 €	94.030,90 €	2,54	0,41	79,86
Transferências de capital	5.157.246,60€	3.608.390,27 €	97,46	15,73	69,97
Ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	-	-	-
Passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	-	-	-
Outras receitas de capital	1.100,00 €	0,00 €	0,00	0,	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>5.276.094,60 €</b>	<b>3.702.421,17€</b>	<b>100,00</b>	<b>16,14</b>	<b>70,17%</b>

As receitas de capital cobradas, tiveram um decréscimo de 21,27% em relação ao ano de 2021, justificado essencialmente pelo valor reduzido dos fundos comunitários, resultante no atraso verificado na execução das obras e consequente pedido de pagamento da parte comparticipada.


## Venda de Bens de Investimento

Esta rubrica registou o valor de 94.030,90 euros, correspondentes à venda de 3 lotes de terreno da Zona Industrial, num total de 60.932,90€ e ainda o valor de 33.098,00 euros relativos à venda de máquina e veículos usados.

## Transferências de Capital


Esta rubrica constitui a principal componente da Receita de Capital e integra para além das receitas proveniente do Orçamento de Estado – FEF





Capital que foi de 994.492,00 euros, e a receita prevista no artigo 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013 no montante de 271.620,00 euros, o correspondente a participações dos projetos através de fundos comunitários no valor 2.236.066,36 euros que a seguir se indicam:

- Rede de Castros - Castelo de Vilarinho dos Galegos – 49.667,80 euros;
- Reabilitação de habitações sociais do antigo bairro do FFH e eficiência energética - 200.169,42 euros;
- Reabilitação do edifício Escola Preparatória Trindade Coelho – Adaptação da Cantina Escolar – 177.382,89 euros;
- Reformulação do sistema de tratamento de águas residuais de Mogadouro – 273.937,89 euros;
- Espaço de Promoção e Valorização das Associações e Raças Autóctones – 181.440,45 euros;
- Construção de abrigos para paragens de autocarros – 13.945,07 euros;
- Eficiência energética da rede de Iluminação Pública do Concelho – 105.518,00 euros;
- Melhoramento das condições térmicas na EB1 e Jardim de Infância - 86.244,95 euros;
- Reformulação do sistema de tratamento de águas residuais de Urrós – 598,29 euros;
- Feiras da Raia – 23.429,24 euros;
- Projeto e Remodelação da rede de abastecimento de água, saneamento e pavimentação de Meirinhos – 207.096,05 euros;

- 
- Qualificação e ampliação da AAE Mogadouro expansão da III fase do loteamento industrial de Mogadouro – 291.154,41 euros;
  - Remodelação da rede de abastecimento de água, saneamento e pavimentação a Castelo Branco – 205.200,27 euros;
  - Recinto de valorização e promoção dos produtos do território – 304.690,69 euros;
  - Remodelação da Estação de Tratamento da Água de Bastelos – 115.590,94 euros.

Os **Fundos Comunitários**, recebidos em 2022, e tendo em conta o saldo do ano anterior, representam 9,75% da receita total.

Ainda dentro das transferências de capital, regista-se o valor de 106.211,91 euros provenientes do Fundo do Baixo Sabor, para comparticipação nas obras de Ligação da E.M.593 a Paradela – Beneficiação e retificação da E.M. 593 entre Remondes e a E.N. 216, com 98.075,46€ e o projeto da obra Sabor Lake Resort com 8.136,45 euros.

## Outras Receitas de Capital

Este agrupamento de receitas não regista qualquer movimento.

Também as restantes rubricas que compõem este grupo “Receitas de Capital”, não registam qualquer execução, dada a inexistência de qualquer contratação de empréstimos, acontecendo o mesmo com os Ativos Financeiros.



### Evolução dos Fundos Estruturais - 2012/2022



Analisando a receita a título de **Fundos Estruturais** verificamos que apenas os anos de 2012 e 2021 registam valores superiores, sendo o ano de 2017 o que apresenta o menor registo. A este facto, não é alheio, o fim de uns programas e o início de outros, mas a redução do valor deste ano em particular resulta do atraso na execução das obras.

### RECEITA TOTAL

Descrição	2020		2021		2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita Corrente	11.776.487,15	78,23	12.825.617,35	73,17	13.826.767,54	78,88
Receita Capital	3.277.703,31	21,77	4.702.433,30	26,83	3.702.421,17	21,12
<b>Total de Receitas</b>	<b>15.054.190,46</b>	<b>100</b>	<b>17.528.050,65</b>	<b>100</b>	<b>17.529.188,71</b>	<b>100</b>

Não considerando o saldo do ano anterior e as reposições não abatidas nos pagamentos, verificamos que o valor registado este ano é muito idêntico ao do ano anterior e cerca de dois milhões e meio de euros superior ao registado no ano de 2020.



## 1.2. Despesa

A **Despesa Total** pode ser desagregada segundo a classificação económica, a classificação funcional e/ou a classificação orgânica.

Neste relatório vamos abordar as três vertentes, bem como, analisa-las segundo uma desagregação vertical, ou seja, em despesas inscritas em Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

### 1.2.1. Execução Orçamental da Despesa

A despesa pública consiste na aplicação de recursos da Autarquia no pagamento de serviços de ordem pública, ou em investimentos em infraestruturas e equipamentos coletivos destinados a promover o desenvolvimento económico-social e a coesão territorial, sem esquecer, naturalmente, os custos da estrutura administrativa e comercial necessária à obtenção de receita.

Na despesa corrente estão agrupadas todas as despesas que a instituição efetua de forma continuada para garantir o seu funcionamento. São permanentes e constantes no seu compromisso, sob pena dos prejuízos que possam causar a curto, médio ou longo prazo, quer para a Autarquia, na medida em que pode concorrer para uma contraprestação em bens e serviços indispensáveis à concretização dos objetivos a que se propõe, quer para a população em geral, porque esta não pode deixar de usufruir, dos serviços públicos que deveriam estar disponíveis.

Quanto à despesa de capital ou de investimento tem a particularidade de ser descontínua, na medida em que tem uma data para se dar início e uma outra

para se concluir. São estes investimentos que permitem à Autarquia expandir e melhorar os serviços públicos e assim contribuir para o bem-estar da população, ao contrário da despesa corrente, que através dela apenas é garantida a manutenção e funcionalidade desses serviços. Conclui-se assim, que toda a despesa de capital, pela utilização dos recursos que a mesma envolve, culmina com um aumento da despesa corrente.

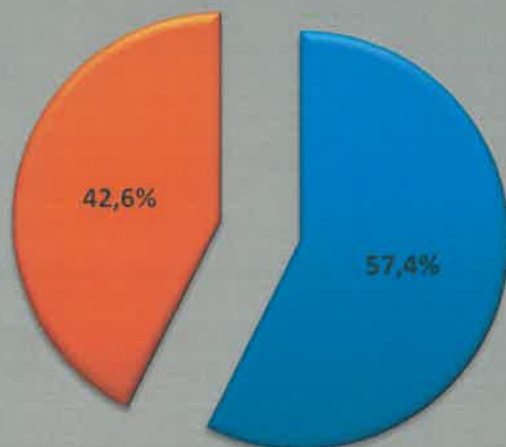
Assim, verificamos que a taxa de execução alcançada na despesa foi de **74,35%** e o valor pago foi de **18.247.967,19** euros, revelando então um acréscimo de **10,48%**, correspondente ao valor de **1.731.329,17** euros face ao ano de 2021.

Tendo em conta o saldo transitado para o ano de 2023, como se verá a seguir, o atraso na concretização de alguns projetos como já referido, impediram um melhor desempenho em termos globais, não sendo portanto pela capacidade financeira que não se atingiram melhores taxas de execução.

Os mapas que a seguir se apresentam, possibilitam através dos dados disponíveis, uma avaliação sob diferentes óticas, bem como o comportamento dos níveis de execução da despesa ao longo do ano em análise.

<b>DESPEASAS</b>					
<b>Ano</b>	<b>Natureza</b>	<b>Previsão Inicial</b>	<b>Previsão Final</b>	<b>Execução</b>	<b>% Execução</b>
2022	<i>Correntes</i>	12.261.765,00	13.261.765,00	10.480.766,65	79,03%
	<i>Capital</i>	11.281.514,00	11.281.514,00	7.767.200,54	68,85%
	<b>Total</b>	<b>23.543.279,00</b>	<b>24.543.279,00</b>	<b>18.247.967,19</b>	<b>74,35%</b>
2021	<i>Correntes</i>	10.985.000,00	10.925.000,00	9.463.192,81	86,62%
	<i>Capital</i>	11.951.008,00	12.836.792,00	7.053.445,21	54,95%
	<b>Total</b>	<b>22.936.008,00</b>	<b>23.761.792,00</b>	<b>16.516.638,02</b>	<b>69,51%</b>

**Estrutura da Despesa 2022**




■ Despesa Corrente ■ Despesa de Capital

Sendo certo que o Município de Mogadouro, enquanto grande consumidor de bens e serviços, impulsiona toda a economia local, estimula o setor produtivo à oferta de mais bens e serviços, com reflexos positivos na criação de mais

emprego e consequente melhoria da condição socioeconómica da população local. A classificação das despesas autárquicas em correntes e de capital permite mensurar os efeitos de índole económica da sua atuação. Isto porque, por um lado, as despesas correntes dão amplitude do consumo autárquico, e por outro lado, as despesas de capital permitem calcular os níveis de poupança pública da instituição.

De acordo com o mapa anterior, as despesas correntes totalizaram 10.480.766,65 euros atingindo uma taxa de execução de 79,03%, enquanto as despesas de capital se ficaram pelos 7.767.200,54 euros e uma taxa de execução de 68,85%.

Da análise comparativa destes valores com os de 2021, verifica-se que a variação é positiva nas duas vertentes, com especial ênfase na de corrente,



apresentando assim o aumento de 1.017.573,84€ nas despesas correntes e 713.755,33€ nas despesas de capital.

As despesas correntes assumem no total das despesas da autarquia, um peso de 57,43%, ou seja, mais 0,13% que ano anterior, representando as despesas de capital um peso de 42,57%, contra os 42,7% do ano anterior, o que significa um maior equilíbrio entre as duas componentes.

Para se perceber melhor o motivo pelo qual se verificaram as variações, estes capítulos serão posteriormente detalhados por componente da despesa. Tendo presentes estes conceitos, os quadros que se seguem facilitam a leitura separada da despesa corrente e a despesa de capital do Município, quer no que diz respeito aos valores globais, quer na dimensão e estrutura das várias rubricas que a compõem, medindo e justificando os níveis de poupança alcançado, ao mesmo tempo que faculta a comparação dos resultados obtidos com os de anos anteriores.

A despesa do Município acompanha de forma direta o desempenho global da receita arrecadada durante o ano, transitando para o exercício seguinte, apenas o montante das disponibilidades de tesouraria e seus equivalentes, que em 2022, atingiram 5.730.958,70 euros, desagregados em execução orçamental 4.692.069,87 euros e operações de tesouraria 1.038.888,83 euros. Considerando apenas o valor orçamental, e caso este valor tivesse sido aplicado, a execução do orçamento da despesa teria sido de 22.940.037,06 euros e uma percentagem de execução de 93,47%.

Prestação de contas 2022

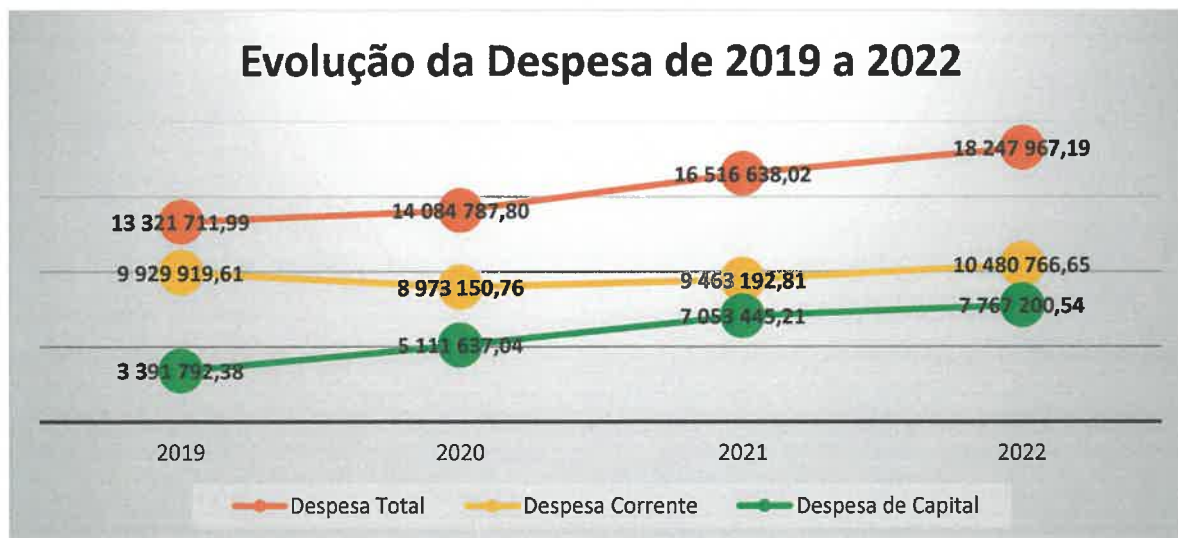
Descrição	2022				
	Orçamento Final	Despesa Paga	Peso Estrutural	Peso Estr. Total	Execução %
DESPESAS COM PESSOAL	5.075.612,00	3.996.188,19	38,13%	21,90%	78,73%
AQUISIÇÃO BENS SERVIÇOS	5.664.047,00	4.306.034,66	41,08%	23,60%	76,02%
Aquisição de Bens	1.220.402,00	896.034,62	8,55%	4,91%	73,42%
Aquisição de Serviços	4.443.645,00	3.410.000,04	32,53%	18,69%	76,74%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	2.210,00	1.258,48	0,01%	0,01%	56,94%
TRANSFERÊNC. CORRENTES	2.446.046,00	2.110.437,98	20,14%	11,56%	86,28%
SUBSÍDIOS	100,00	0,00	0	0	0
OUTRAS DESP. CORRENTES	73.750,00	66.837,34	0,64%	0,37%	90,63%
<b>TOTAL DESP. CORRENTES</b>	<b>13.261.765,00</b>	<b>10.480.766,65</b>	<b>100,00%</b>	<b>57,44%</b>	<b>79,03%</b>

O mapa que se segue, mostra-nos que a despesa corrente foi inferior ao valor apresentado em 2020 num total de 490.042,05€ correspondente a um acréscimo de 5,46%, e uma taxa de execução de 86,62% e traduzido em 57,29% da despesa total.

Descrição	2022	2021	Variação €	Variação %
	Despesa Paga	Despesa Paga		
Despesa Corrente				
DESPESAS COM PESSOAL	3.996.198,19	3.631.532,64	364.665,55	10,04
AQUISIÇÃO BENS E SERVIÇOS	4.306.034,66	4.046.987,96	259.046,70	6,40
Aquisição de Bens	896.034,62	851.462,56	44.572,06	5,23
Aquisição de Serviços	3.410.000,04	3.195.525,40	214.474,64	6,71
JUROS E OUTROS ENCARGOS	1.258,48	1.437,54	-179,06	-12,46
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.110.437,98	1.735.878,92	374.559,06	21,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	66.837,34	47.355,75	19.481,59	41,14
<b>TOTAL DESPESA CORRENTE</b>	<b>10.480.766,65</b>	<b>9.463.192,81</b>	<b>1.017.573,84</b>	<b>10,75</b>



Atente-se à evolução da Despesa dos últimos 4 anos:

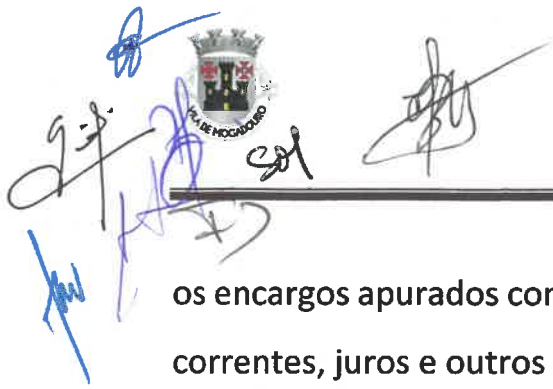


Conforme resulta da análise do gráfico supra, com exceção das despesas correntes em 2020 que sofreram uma redução significativa motivada pela pandemia, constatamos um aumento progressivo nos últimos quatro anos, sendo que 2022 regista o montante geral mais elevado em todos os itens.

## 1.2.2. Evolução e estrutura da Despesa Municipal

Do resultado da execução do ano 2022, verifica-se, à semelhança dos anos anteriores, que o peso das despesas correntes foi superior ao peso das despesas de capital.

Correspondendo aos gastos necessários ao normal desenvolvimento da atividade do Município, as despesas de funcionamento, vulgarmente denominadas por despesas fixas ou de estrutura, dão expressão financeira ao funcionamento da entidade na prossecução das suas atribuições e competências. Esta tipologia de despesas compreende nomeadamente todos



os encargos apurados com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes, juros e outros encargos e outras despesas de caráter residual.

Estrutura	2019	2020	2021	2022
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>74,5%</b>	<b>63,7%</b>	<b>57,30%</b>	<b>57,44%</b>
Despesas com pessoal	27%	25,1%	21,99%	21,90%
Aquisição de bens e Serviços	37,4%	27,4%	24,50%	23,60%
Juros e outros encargos	0%	0%	0,01%	0,01%
Transferências Correntes	9,7%	10,7%	10,51%	11,56%
Subsídios	0%	0%	0%	0%
Outras despesas correntes	0,4%	0,5%	0,29%	0,37%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>25,5%</b>	<b>36,3%</b>	<b>42,70%</b>	<b>42,56%</b>
Aquisição de bens de capital	18,4%	32,4%	38,88%	39,98%
Transferências de capital	2%	1%	2,30%	1,92%
Ativos financeiros	0,4%	0,1%	0%	0,07%
Passivos financeiros	4,7%	2,8%	1,52%	0,59%
Outras despesas de capital	0%	0%	0%	0%
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

## DESPESA CORRENTE

Neste ponto é feita uma breve referência aos valores orçamentados da despesa corrente e sua comparação com os valores pagos, o que permitirá examinar o seu nível de realização e apurar eventuais desvios.

Em termos gerais, os gastos com pessoal registaram um acréscimo de 10,04%, que correspondem ao valor de 364.665,55 euros.

Descrição	2022	2021	Variação	Variação
Despesas Correntes	DESPEZA PAGA	DESPEZA PAGA	€	%
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>3.996.198,19 €</b>	<b>3.631.532,64 €</b>	364.665,55 €	10,04
Remunerações Certas e Permanentes	3.037.701,65 €	2.773.515,41 €	264.186,24 €	9,52
Abonos Varáveis ou Eventuais	109.943,27 €	63.655,63 €	46.287,64 €	72,76
Segurança Social	848.553,27 €	794.361,60 €	54.191,67 €	6,82

As “remunerações certas e permanentes” são o agregado com maior relevância e refletiu uma variação positiva de 264.186,24€ relativamente a 2021.

Os “abonos variáveis ou eventuais” registaram um acréscimo de 46.287,64 euros em relação ao ano anterior, fazendo parte deste agregado, as despesas com senhas de presença dos eleitos, trabalho extraordinário, ajudas de custo e abono para falhas.

Também a rubrica da Segurança Social, relacionada com os agregados anteriores, regista um aumento na despesa no valor de 54.191,67 euros em relação a 2021, sendo que foram os encargos com as contribuições para a segurança social, a rúbrica que maior aumento sofreu.

Neste agregado são contabilizadas as despesas com as contribuições da Autarquia como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, os seguros de pessoal e as despesas com saúde dos funcionários. De referir que os Municípios ao contrário da Administração Central, suportam todos os encargos com a saúde dos seus funcionários e agregados familiares. A ADSE, funciona apenas como intermediária com os estabelecimentos de saúde (Hospitais, Clínicas e Centros de Saúde) e outros prestadores de cuidados de saúde, no pagamento destas

despesas, sendo que as contribuições ou pagamento dos funcionários para a ADSE de 3,5% do vencimento são arrecadados pela própria ADSE.

No grupo das despesas correntes, manteve-se a preponderância da “**Aquisição de bens e serviços**”, que representaram 41,08% deste tipo de despesa e 23,6% da despesa total.

É neste grupo que estão incluídas a maioria das despesas municipais, com a aquisição de serviços e bens de consumo de carácter operacional como a eletricidade, as comunicações, os transportes escolares e os trabalhos especializados entre muitos outros necessários ao funcionamento da estrutura e que permitem a prestação de diversos serviços à população em geral.

Descrição	2022	2021	Variação	Variação
Despesas Correntes	Despesa Paga	Despesa Paga	€	%
<b>AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>	<b>4.306.034,66€</b>	<b>4.046.987,96€</b>	<b>259.046,70</b>	<b>6,40</b>
Aquisição de Bens	896.034,62€	851.462,56€	44.572,06	5,23
Combustíveis e Lubrificantes	296.613,29€	203.606,24€	93.007,05	45,68
Limpeza e Higiene	29.569,97€	29.981,06€	-411,09	-1,37
Alimentação– refeições confeccionadas	22.658,38€	11.167,60€	11.490,78	102,89
Alimentação – Géneros p/ confeccionar	103.088,59€	53.412,03€	49.676,56	93,01
Vestuário e artigos pessoais	21.722,02€	10.843,16€	10.878,06	100,33
Material de escritório	33.641,28€	38.488,22€	-4.846,94	-12,59
Produtos Químicos e farmacêuticos	40.156,06€	52.051,64€	-11.895,58	-22,85
Material de consumo clínico	2.491,60€	1.530,00€	961,60	62,85
Material de Transporte - Peças	19.116,28€	36.646,76€	-17.530,48	-47,84
Material de consumo hoteleiro	34.479,17€	855,08€	33.624,09	3.932
Outro material - Peças	4.298,75€	10.422,52€	-6.123,77	-58,7
Prémios condecorações e ofertas	93.459,06€	27.477,49€	65.981,57	240,13
Mercadorias para venda - Água	14.426,34€	13.223,78€	1.202,56	9,09

Prestação de contas 2022

Ferramentas e utensílios	6.945,82€	14.269,87€	-7.324,05	-51,33
Artigos honoríficos e de decoração	0€	1.174,65€	-1.174,65	-100
Material educação, cultura e recreio	13.586,65€	12.050,57€	1.536,08	12,75
Outros	159.781,36€	334.261,89€	-174.480,53	-52,20
<b>Aquisição de Serviços</b>	<b>3.410.000,04€</b>	<b>3.195.525,40€</b>	<b>214.474,64</b>	<b>6,71</b>
Encargos de Instalações	323.046,94€	523.880,06€	-200.833,12	-38,34
Limpeza e higiene	687.046,06€	676.290,01€	10.758,05	1,59
Conservação de bens	266.640,42€	252.461,69€	14.178,83	5,62
Locação de Edifícios	30.000,00€	30.000,00€	625,00	2,13
Locação de outros bens	107.404,82€	134.732,76€	-27.327,94	-20,28
Comunicações	131.865,41€	120.326,10€	11.539,31	9,59
Transportes	405.312,92€	286.489,67€	118.823,25	41,48
Representação de serviços	9.165,46€	4.054,25€	5.111,21	126,07
Seguros	54.492,03€	49.579,09€	4.912,94	9,91
Deslocações e estadas	164,00€	61,37€	102,63	167,23
Estudos, pareceres e consultadoria	181.947,71€	100.473,01€	81.474,70	81,09
Formação	6.321,26€	10.288,25€	-3.966,99	-38,56
Seminários, exposições e similares	1.350,31 €	0 €	1.350,31	100
Publicidade	121.453,41€	66.648,90€	54.804,51	82,23
Vigilância e segurança	56.109,89€	143.197,12€	-87.087,23	-60,82
Assistência técnica	52.624,69€	45.017,60€	7.607,09	16,90
Outros trabalhos especializados	282.828,61€	159.906,21€	122.922,40	76,87
Encargos de cobrança de receitas	38.195,64€	39.226,73€	-1.031,09	-2,63
Outros Serviços	654.028,46€	552.233,95€	101.794,51	18,43

O quadro anterior, descreve os montantes pagos pelo Município com aquisição de bens e serviços durante o ano 2022, cujo valor global atingiu os 4.306.034,66 euros. Quando comparado com o ano anterior, verifica-se que


esta despesa aumentou 259.046,70 euros, em termos absolutos e 6,40% em termos relativos.

Relativamente à “Aquisição de Bens”, os pagamentos ascenderam a 896.034,62 euros, que aumentaram também em 44.572,06 euros, o que corresponde a 5,23%, em relação a 2021, merecendo especial destaque os valores despendidos com o fornecimento de “Combustíveis e Lubrificantes”, com 296.613,29 euros, seguindo-se com uma redução superior a 50% os “Outros Bens” com 159.781,36 euros, e os “Alimentação – Géneros para confeccionar” com um total de 103.088,59 euros.

Na rubrica “Outros Bens”, está contabilizado essencialmente o valor destinado a aquisição de materiais diversos que não se enquadram em rubricas próprias e que se destinam essencialmente ao armazém para aplicar na execução e/ou reparação de obras municipais e outras de natureza residual designadamente nas redes de água e saneamento, nas estradas e jardins municipais entre outras.

A soma destas três rubricas representa 62,44% dos valores pagos em 2022, pelo que os restantes montantes têm um carácter residual, destacando-se aqui apenas os “Prémios, condecorações e ofertas” com 93.459,06€ os 40.156,06 euros gastos na rubrica “Produtos Químicos e Farmacêuticos”, os 34.479,21 euros com “Material de consumo hoteleiro” e os 33.641,28€ com “Material de Escritório”.

Relativamente à rubrica “Aquisição de Serviços”, evidencia despesas totais de 3.410.000,04 euros registando um acréscimo de 6,71% em relação a 2021, o que corresponde a 214.474,64 euros.



Nesta subclasse a rubrica que mais se destaca é mais uma vez a de “Limpeza e Higiene” com um total de 687.048,06 euros, destinados ao pagamento da limpeza e recolha de lixo que regista um ligeiro aumento em relação ao ano anterior.


Por ordem de grandeza absoluta, segue-se a rubrica de “Outros Serviços” com um total de 654.028,46 euros, superior a 2021 em 101.794,51 euros.

Tratando-se de uma rubrica residual, inclui os encargos onde são lançadas todas as despesas sem enquadramento em rúbrica própria e de natureza diversa, designadamente os custos com a iluminação pública no valor de 252.819,20€, a prestação de serviços com pessoal no Posto de Turismo, com 12.609,25€, com pessoal afeto ao Espaço Mais no valor de 45.942,50€, o serviço de leitura de contadores no valor de 27.114,46 euros, entre outros de menor valor como o pagamento pela presença nas mesas de voto, no valor de 19.939,68 euros ou a gestão de refeitório e cozinha no valor de 8.459,31 euros.

Surge logo de seguida a despesa com “Transportes”, também ela significativa, e com valor superior em 118.823,25 euros em relação ao ano de 2021, regista um total de 405.312,92 euros, e representa 11,89% do total da rubrica de aquisição de serviços pagos.

Ainda com valor significativo, segue-se a rubrica “Encargos de instalações”, que encerrou o ano com quantias pagas no valor de 323.046,94 euros, e foram gastos exclusivamente no pagamento de eletricidade das instalações, à EDP.

A rubrica “outros trabalhos especializados” que totaliza 282.828,61 euros, regista como despesas mais significativas, o pagamento da análise de águas e assistência técnica das ETAS e ETAR’s ao Laboratório Regional de Trás-os-



Montes (37.777,86€) e Be Water, (20.167,50€) respetivamente, os serviços do Revisor Oficial de Contas (13.560,75€), os serviços do aeródromo no valor de 6.000,00€, a prestação de serviços na área de serviço de Ação Social no valor de 11.985,00€, a prestação de serviços na área de veterinária municipal no valor de 12.935,52€, nas atividades extracurriculares 15.934,45€, os serviços de medicina e higiene no trabalho no valor de 5.5400,00 euros e ainda o valor de 37.945,50€ para o desenvolvimento de website e outros trabalhos para promoção de território e valorização dos produtos regionais entre outras de menor dimensão.

A “Conservação de bens” com 266.640,42€ que serviram para pagamento dos serviços relacionados com a reparação e/ou manutenção de equipamentos municipais, quer móveis, quer imóveis e os “estudos, pareceres e consultadoria” no valor de 181.947,71 euros e que englobam essencialmente os custos com o apoio jurídico no valor de 19.635,81 euros, o apoio jurídico na área dos recursos humanos no valor de 34.440,00 euros, na implementação da estratégia local de habitação no valor de 42.240,00€ e ainda a elaboração de vários estudos e projetos na renovação do site institucional do município no valor de 20.448,75 euros.

O custo com as “Comunicações” no valor de 131.865,41€, relativos aos gastos com correspondência, telefones e internet, tem também alguma importância neste bolo, que regista aumento em relação ao ano de 2021.

Ainda com três dígitos, surgem também os custos com “Publicidade” com 121.453,41€ e ainda a “Locação de outros bens” com o valor de 107.404,82 euros.



*[Handwritten signatures and stamps]*



Há ainda outras rubricas com valores menos significativos, como as despesas com “Vigilância e Segurança” destinado á segurança dos edifícios municipais com 56.109,89€ , os “Seguros” relativos a equipamentos municipais no valor de 54.492,03€ e os “Encargos de Cobrança de Receita” que foram de 38.195,64 euros destinados ao pagamento de encargos de cobrança de receitas efetuadas por outras entidades como a Autoridade Tributária e Aduaneira pela cobrança dos impostos municipais, bem como de encargos de cobrança de água pelos CTT e entidades bancárias.

Na comparação da execução do exercício de 2022, com o exercício de 2021, verifica-se relativamente à aquisição de bens, o comportamento expresso a seguir, por rubricas económicas desagregadas, onde a maioria delas registam aumentos significativos:



- Combustíveis e lubrificantes – 45,68%
- Alimentação – Refeições confeccionadas– 102,89%
- Prémios, condecorações e ofertas – 240,13%
- Vestuário e artigos pessoais – 100,33%
- Alimentação – Géneros p/ confeccionar- 93,01%



- Produtos químicos e farmacêuticos – 22,85%
- Material de Transporte - Peças – 47,84%
- Outro Material - Peças – 58,70%
- Outros – 52,20%



No que diz respeito à aquisição de serviços e tendo em conta os valores de 2021, mostram-se os decréscimos e acréscimos mais significativos, na percentagem e principalmente nos valores, sendo que também aqui, a maioria das rubricas, seguiu a tendência de subida:



- Outros trabalhos especializados – 76,87%
- Transportes – 41,48%
- Publicidade – 82,23%
- Estudos, Pareceres e Consultadoria – 81,09%



- Vigilância e segurança – 60,82%
- Formação – 38,56%
- Locação de outros bens - 20,28%
- Encargos de instalações - 38,34%

### Quadro dos últimos 4 anos:

Descrição	2019	2020	2021	2022
Aquisição de Bens	1.052.499,62	767.207,58	851.462,56	896.034,62
Aquisição de Serviços	3.924.888,10	3.092.079,10	3.195.525,40	3.410.000,04
<b>Total</b>	<b>4.977.387,72</b>	<b>3.859.286,68</b>	<b>4.046.987,06</b>	<b>4.306.034,66</b>

## JUROS E OUTROS ENCARGOS

A rubrica de juros e outros encargos teve uma variação negativa 179,06 euros, o que corresponde a 12,46% e refere-se exclusivamente aos encargos com garantias bancárias.


No seu conjunto foram pagos 1.258,48€, representando um decréscimo face a 2021, resultante da redução da dívida de médio e longo prazo por um lado e não ter havido encargos com juros de empréstimos.

## TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes integram os projetos e ações do Plano de Atividades Municipais sendo estas importâncias atribuídas a determinados organismos/entidades, para financiamento das suas despesas correntes, sem que tal implique qualquer contrapartida direta para a Autarquia.

Descrição	2022	2021	Variação €	Variação %
Despesa Corrente	Despesa paga	Despesa paga		
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	2 110 437,98	1 735 878,92	374 559,06	21,58
Administração Central Estado	5 767,83	0,00	5 767,83	100,00
<b>Administração Local</b>	991 283,15	982 378,83	8 904,32	0,91
Municípios	28 801,13	31 187,68	-2 386,55	-7,65
Freguesias	439 439,82	411 560,94	27 878,88	6,77
Associação de Municípios	523 042,20	539 630,21	-16 588,01	-3,07
<b>Segurança Social</b>	62 312,60	57 992,76	4 319,84	7,45
<b>Instituições Sem Fins Lucrativos</b>	418 882,91	296 788,41	122 094,50	41,14
<b>Famílias</b>	632 191,49	398 718,92	233 472,57	58,56

As Transferências Correntes e Subsídios pagos no ano 2022, totalizaram 2.110.437,98 euros, valor superior ao do ano anterior em 21,58%, o que corresponde ao valor de 374.559,06 euros e nelas são registadas as despesas destinadas a apoiar o funcionamento de diversas instituições que desenvolvem atividades de interesse municipal, bem como as verbas a título de apoio ao associativismo e ao apoio aos estratos sociais desfavorecidos. Esta rubrica reflete essencialmente os montantes transferidos para as Juntas de Freguesia,



Instituições sem fins lucrativos no âmbito dos protocolos assinados com estas entidades e ainda a rubrica famílias, que integra os Programas Ocupacionais.

Esta rubrica corresponde a 20,14 % da despesa corrente paga, e a 10,51 % da despesa total, e teve uma execução de 11,56 %, tendo em conta os montantes pagos e orçamentados.

Relativamente ao ano anterior, regista-se um aumento considerável na maioria das rubricas e principalmente no global, apesar de uma diminuição nas transferências para os Municípios e Associações de Municípios.

Pela primeira vez a maior fatia foi entregue às “Famílias” que absorve 632.191,49 euros, valor superior ao registado em 2021 nuns consideráveis 233.472,57€. Aqui cabem, para além dos contratos de emprego e inserção no valor de 276.317,91 euros, também as despesas com os apoios concedidos para a sanidade animal no valor de 83.094,47€, apoio esse de 75% sobre o valor pago pelos produtores, no apoio à 1.ª infância e atividades de tempos livres no valor de 118.945,44€, no apoio à natalidade o valor de 41.323,91€, no apoio à aquisição de livros escolares, o valor 21.741,20€, no apoio à compra de medicamentos o valor de 17.419,61€, entre outros como o fundo de emergência para onde foram canalizados 41.844,58 euros.

Logo a seguir surgem as Associações de Municípios com o montante global de 523.042,20€, que regista uma diminuição de 16.588,01€ em relação ao ano de 2021, e destina-se ao pagamento das despesas de funcionamento das várias associações de que o município faz parte. O valor transferido destina-se essencialmente da compensação dos transportes escolares, que agora é gerida através da Comunidade Intermunicipal de Trás-Os-Montes, e que absorve



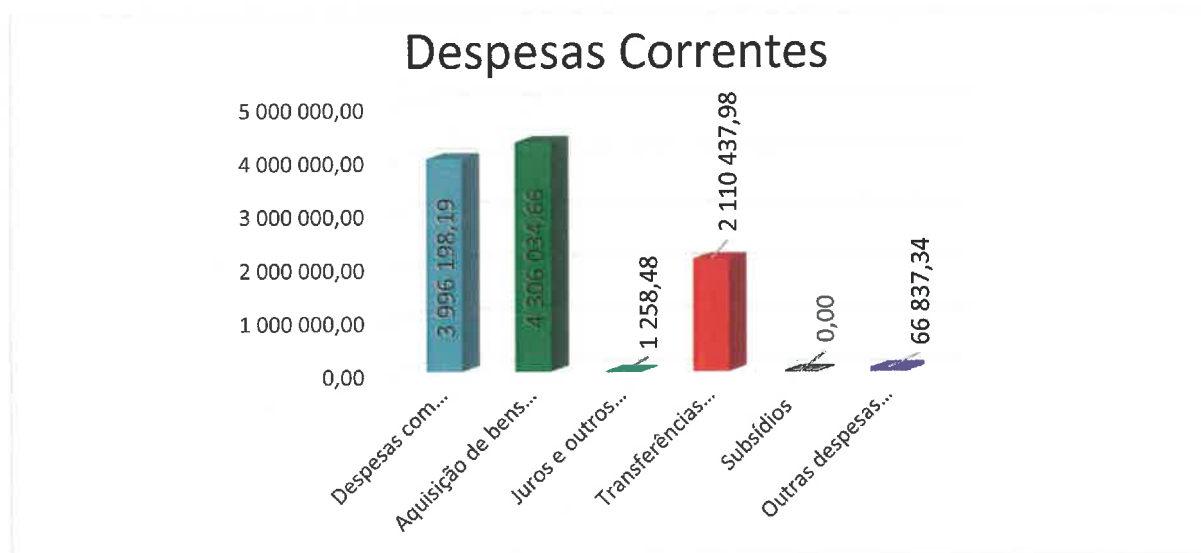
305.152,85 euros do total, para além do custo de funcionamento das associações a que pertencemos.

Os acordos de colaboração celebrados com as Juntas de Freguesia pressupõem o apoio na delegação de competências e de acordos de execução entre a câmara municipal e as juntas de freguesia, às quais foram pagos 439.439,82 euros, valor superior ao de 2021 em 27.878,88 € e que corresponde à terceira maior fatia deste agregado.

As transferências realizadas para as instituições sem fins lucrativos pressupõem o apoio a entidades de índole cultural, desportivo e humanitário, a quem foi distribuído o montante de 418.882,91 euros e que regista também um aumento de 122.094,50€ face ao ano anterior.

Foram ainda pagos 28.801,13€ ao Município de Vimioso para gestão do Canil Intermunicipal, valor inferior em cerca de 2.000,00€ em relação a 2021.

As Despesas Correntes, no valor global de 10.480.766,65€, representam 57,43% do total da despesa paga no ano, e é refletida por rubricas agregadas no gráfico que se segue:



## DESPESA DE CAPITAL

O quadro seguinte permite observar a desagregação da despesa de capital, indicando para as respetivas dotações orçamentais o volume de despesa paga, respetiva estrutura e taxa de execução.

Nesta componente da despesa de capital, no ano 2022, o valor final orçamentado foi de 11.281.514,00€, dos quais foram pagos 7.767.200,54€, o que correspondeu a uma execução de 68,85%.

Descrição	2022				
	Orçamento Final	Despesa Paga	Peso Estrutural (Capital)	Peso Estrutural (Total)	Taxa execução %
Aquisição de bens de Capital	10.547.290,00€	7.295.858,37€	93,93	39,98	69,17
Transferências de Capital	613.529,00€	350.648,03€	4,52	1,92	57,15
Ativos Financeiros	12.442,00€	12.441,36€	0,16	0,07	99,99
Passivos Financeiros	108.253,00€	108.252,78€	1,39	0,59	100
Outras Despesas de Capital	00€	0,00€	0	0	0
<b>TOTAL DESPESAS CAPITAL</b>	<b>11.281.514,00€</b>	<b>7.767.200,54 €</b>	<b>100,00</b>	<b>42,56</b>	<b>68,85</b>
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>24.543.279,00 €</b>	<b>18.247.967,19 €</b>			<b>74,35</b>

A estrutura da despesa de capital é composta na sua maior parte pela Aquisição de Bens de Capital – Valor de investimento e que, excluindo a liquidação total do Fundo de Apoio Municipal (12.441,36€), coincide com o valor da execução do PPI. Consoante a natureza das suas aplicações, este agregado poderá incluir a aquisição de terrenos, edifícios ou habitações, outros

edifícios, construções diversas, material de transporte, maquinaria e equipamento, que será detalhado aquando a análise do PPI.

No grupo das **despesas de capital**, a aquisição de bens de capital sofreu um considerável acréscimo de 873.324,81 euros, o que corresponde a 13,60% face a 2021, refletido no aumento do peso percentual desta rubrica no contexto deste tipo de despesa (de 91,05% em 2021, para 93,93% em 2022), aumentando também a sua importância relativa na despesa total (de 38,88%, em 2021, para 39,98%, em 2022).

Seguidamente assume especial relevância o valor das transferências de capital e dos passivos financeiros, que corresponde ao valor das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo.

Com exclusão dos Passivos Financeiros e relativamente ao ano anterior, tendo em conta os valores pagos, o mapa seguinte mostra um aumento da despesa de capital superior a oitocentos mil euros, justificado pelo maior volume de receita arrecadada.

Descrição	2019		2020		2021		2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Investimento Direto	2.447.047,39	88,69	4.562.193,17	96,91	6.422.533,56	94,41	7.295.858,37	95,26
Transferências de Capital	262.352,91	9,51	145.320,28	3,09	380.178,59	5,59	350.648,03	4,58
Ativos Financeiros	49.765,50	1,80	0,00	0	0,00	0	12.441,36	0,16
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Investimento Global</b>	<b>2.759.165,80</b>	<b>100</b>	<b>4.707.513,45</b>	<b>100</b>	<b>6.802.712,15</b>	<b>100</b>	<b>7.658.947,76</b>	<b>100</b>

## AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL


A estrutura da aquisição de bens de capital é nada mais que a execução do Plano Plurianual de Investimentos, ou seja, apenas é considerado o que é investimento direto da própria autarquia, desagregado pelos itens que a seguir se identificam, fazendo também uma comparação com os anos anteriores.

Se considerarmos que, relativamente ao Investimento Municipal, embora o valor pago tenha sido de 7.295.858,37€, os compromissos assumidos tenham sido de 10.361.991,87€, concluimos que se todos os trabalhos estivessem executados, o saldo que transitou de ano, era suficiente para liquidar tudo, e ter assim uma execução de 100% e transitar ainda o saldo de 1.625.936,37 euros.

### Investimento Direto

Descrição	2019		2020		2021		2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Terrenos	3.326,12	0,14	10.500,00	0,23	151.920,00	2,37	14.764,98	0,20
Habitação	332.729,92	13,60	411.485,34	9,02	948.153,36	14,76	421.535,99	5,78
Edifícios	246.289,54	10,06	758.437,44	16,62	1.667.548,49	25,96	1.122.570,17	15,39
Construções Diversas	1.423.783,97	58,18	3.005.436,35	65,88	3.334.448,87	51,92	4.817.738,73	66,03
Material de Transporte	18.000,00	0,74	119.899,16	2,63	85.854,00	1,34	321.036,15	4,40
Maquinaria e Equipamento	301.574,39	12,32	189.337,01	4,15	192.794,68	3,00	494.824,70	6,78
Outros	121.343,45	4,96	67.097,87	1,47	41.814,16	0,65	103.386,85	1,42
<b>Investimento Direto</b>	<b>2.477.047,39</b>	<b>100,00</b>	<b>4.562.193,17</b>	<b>100,00</b>	<b>6.422.533,56</b>	<b>100,00</b>	<b>7.295.858,37</b>	<b>100,00</b>





Mais uma vez constata-se que o maior investimento ocorre na rúbrica das “Construções diversas” que por si só assume 66,03%, o que corresponde ao valor de 4.817.738,73€. Deste bolo destacam-se o investimento na reformulação do sistema de tratamento das águas residuais de Mogadouro, a remodelação da rede de água e saneamento de Castelo Branco, a expansão da III fase do Loteamento Industrial e o Espaço de Promoção e Valorização das Associações e Raças Autóctones.

O segundo item em termos globais que apresenta o maior valor, é o de “Edifícios”, de onde se destaca, a construção da Cantina Escolar de Mogadouro, a reabilitação e ampliação do Parque de Feiras e exposições e o projeto e construção do Ginásio Municipal no Complexo Desportivo.

Segue-se por ordem de grandeza o agregado “Equipamento diverso”, de onde se destacam as despesas com a aquisição de equipamento diverso como bombas de água, mobiliário e outras de menor valor.

Surge depois o item “Habitação”, cujo valor se refere à requalificação das habitações do ex bairro do Fundo de Fomento.

Como a maioria dos agregados, registaram aumento consideráveis, importa também fazer referência à designada por “Material de transportes”, com um total de 321.036,15 euros relativo à aquisição de 1 Viatura pesada com semirreboque e cisterna para o combate à seca e ainda de 4 viaturas ligeiras.

## TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

No ano de 2022, o Município diminuiu o valor das transferências de capital em 29.530,56 euros face a 2021, o que corresponde a uma diferença de 7,77%. Assim, o montante total de 350.648,03 euros gasto nesta rubrica, contempla as


importâncias cedidas por conta do orçamento municipal destinadas a financiar despesas de capital, realizadas por outras entidades.

Estas transferências têm um peso de 4,51% no total da despesa de capital paga, e de 1,92% da despesa total.

Descrição	2022	2021	Variação €	Variação %
Despesa de Capital	Despesa Paga	Despesa Paga		
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>350.648,03</b>	<b>380.178,59</b>	<b>-29.530,56</b>	<b>7,77</b>
Privadas	206.046,00	146.214,00	58.832,00	40,92
Freguesias	8.000,00	23.750,00	-15.750,00	-66,32
Associação de Municípios	5.734,34	17.364,22	-11.629,88	-66,98
Segurança Social	51.296,77	103.681,58	-52.384,81	-50,52
Instituições Sem Fins Lucrativos	75.704,10	84.188,79	-8.484,69	-10,08
Famílias	3.866,82	4.980,00	-1.113,18	-22,35

O valor constante na rubrica “Privadas”, regista um forte crescimento, face a 2021, e diz respeito ao apoio à criação de 62 novos postos de trabalho concedidos a empresas (35 com base no antigo regulamento e 27 do novo regulamento) e ainda ao pagamento de 25% de outros, concedidos já em anos anteriores no valor total de 206.046,00 euros. Este aumento está relacionado com mais 28 apoios concedidos em relação ao ano anterior e o pagamento de mais 51 segundas ou terceiras tranches.

Já o valor pago às Juntas de Freguesia num total de 8.000,00 euros, resulta de dois protocolos celebrados, designadamente o valor concedido à freguesia de Saldanha para a substituição de bombas na Barragem do Repasquinho e à freguesia de Bruçó para a compra de prédios urbanos.



No âmbito da Segurança Social, no ano em análise regista-se uma redução pela ausência de candidaturas, com a atribuição de 51.296,77€, distribuídos pela Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro e o Centro Social e Recreativo de Travanca.

Também a rubrica “Instituições sem fins lucrativos” regista um valor considerável mas ligeiramente inferior ao do ano anterior e foi canalizado para o Agrupamento de Escolas para a construção de cobertura na EB2 de Mogadouro, à Associação de Apicultores para substituição da cobertura da antiga escola de Zava e às Fábricas da Igreja de Paradela e Azinhoso para obras na igreja e Forno Comunitário respetivamente.

As transferências efetuadas para as “Famílias” num total de 3.866,82 euros, registou um ligeiro decréscimo e foram destinados ao apoio na melhoria de habitação de duas famílias carenciadas.

## ATIVOS FINANCEIROS

O valor de 12.441,36 euros registado neste capítulo diz respeito exclusivamente à liquidação da comparticipação do Município para o FAM – Fundo de Apoio Municipal.

## PASSIVOS FINANCEIROS

Os gastos incorridos com os “Passivos financeiros”, num total de 108.252,78 euros, representam 1,39 do total das despesas de capital em 2022, tendo diminuído 142.480,28 euros face a 2021, e dizem respeito



exclusivamente às amortizações de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo município.

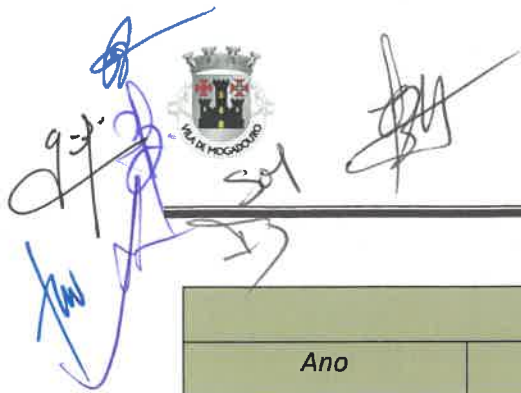
O quadro seguinte espelha o ponto de situação dos empréstimos do município, com um registo na redução gradual do serviço da dívida anual, explicada exclusivamente pela diminuição da dívida de médio e longo prazo.

Descrição	2019		2020		2021		2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Amortização Anual de Capital	632.626,58	99,95	404.123,59	99,99	250.733,06	99,99	108.252,78	100
Encargos Financeiros	309,61	0,05	19,88	0,01	3,76	0,01	0,00	0,0
<b>Serviço de dívida</b>	<b>632.936,19</b>	<b>100,0</b>	<b>404.143,47</b>	<b>100,0</b>	<b>250.736,82</b>	<b>100,0</b>	<b>108.252,78</b>	<b>100,0</b>

No final de 2022, o município tinha contratado e em dívida 1 empréstimo da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo – CCAM, com o montante em dívida de 108.252,82 euros.

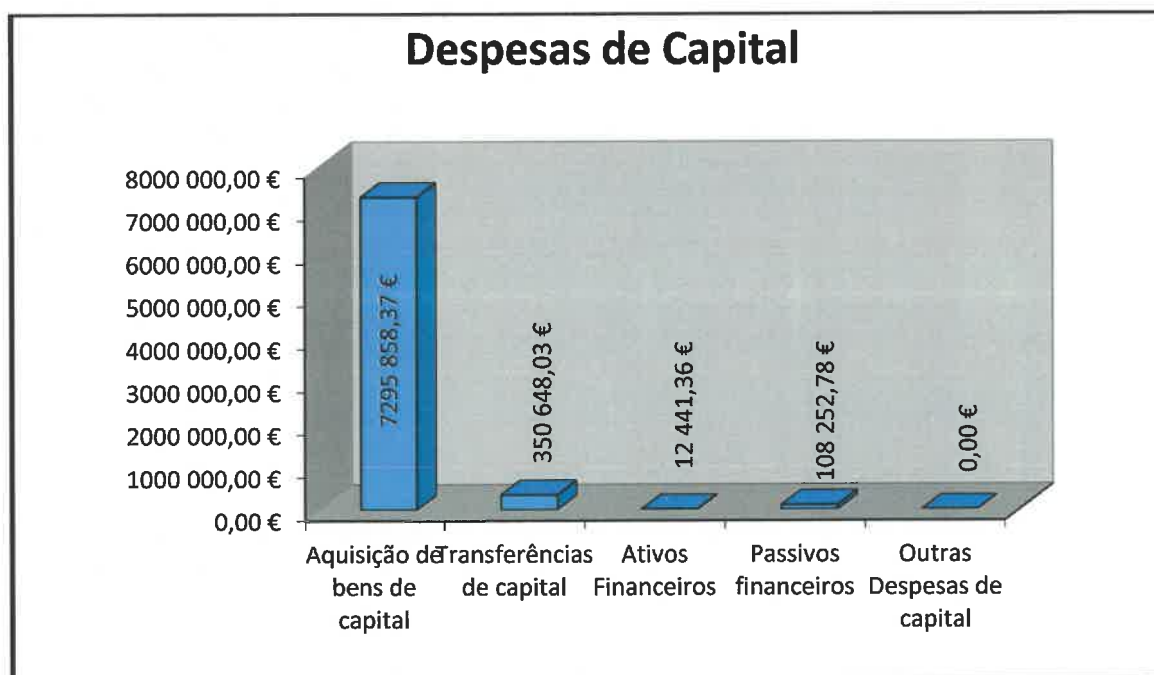
Como sempre o Município de Mogadouro, cumpriu na íntegra os planos de amortização de cada empréstimo, não se registando, qualquer imparidade com as entidades financeiras.

De acordo com o mapa seguinte, pode constatar-se que há desde 2013, uma redução gradual da dívida de médio e longo prazo, resultante de algum esforço feito ao longo dos últimos anos e que nos permite afirmar que a situação está completamente controlada em termos de dívida.



Evolução dos empréstimos bancários			
Ano	Valor em dívida	Variação (€)	Variação (%)
2013	5.013.100,11		
2014	4.313.593,89	699.506,22	13,96
2015	3.611.432,67	702.161,22	16,28
2016	2.906.762,98	704.669,69	19,51
2017	2.201.153,74	705.609,24	24,27
2018	1.503.988,83	697.660,92	31,67
2019	871.362,25	632.936,19	42,06
2020	467.238,66	404.123,59	46,38
2021	216.505,60	250.733,06	53,64
2022	108.252,82	142.480,24	50,00

O capítulo das “Outras despesas de capital” não regista qualquer movimento. O gráfico que a seguir se apresenta, mostra o peso relativo de cada componente no total da despesa de capital.





### 1.2.3. Despesa na ótica dos Planos

Os documentos previsionais das autarquias, são constituídos pelo Orçamento e pelas Grandes Opções do Plano, instrumentos de importância crucial para o processo de gestão autárquica. No primeiro caso, trata-se da definição da política financeira de curto prazo; no segundo, diz respeito às linhas de desenvolvimento estratégico de médio e longo prazo.

Este processo de planeamento deve ser visto como um exercício essencialmente dinâmico, ajustável a uma realidade sempre em mutação, em função de alterações conjunturais e de outros fatores. Daí que não possa ser encarado como um instrumento estático, porquanto está sujeito, ao longo do período da sua vida útil, a diversas alterações ou revisões, que não são mais do que meros mecanismos legais e previstos através dos quais é possível ajustar o

Orçamento Municipal às realidades que forem surgindo durante o tempo em que estiver em vigor.

São as Grandes Opções do Plano que estão na base da elaboração de toda a estrutura do Orçamento, pois, ao definir as políticas que a Autarquia pretende seguir, a sua realização, nos termos do planeado, apenas será possível através da clarificação, no orçamento, do modo como tais políticas serão exequíveis.

Assim, o montante do orçamento com a dotação corrigida, foi repartido da seguinte forma:



O Plano Plurianual de Investimentos, inclui todos projetos e ações de investimento a realizar, no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia, explicitando a respetiva previsão da despesa.

O Plano Plurianual das Atividades Mais Relevantes, sendo estas, como o próprio nome indica, atividades que pela sua relevância, o Município entende dever realçar nas Grandes Opções do Plano, independentemente da natureza das suas despesas, sejam elas correntes ou de capital.

A informação do quadro seguinte apresenta a evolução das Grandes Opções do Plano no último ano, traduzindo os investimentos em articulação com as transferências efetuadas, correntes e de capital, bem como a relação de todos os projetos que constam do mapa das atividades mais relevantes.

Da análise ao quadro seguinte constata-se, na ótica da despesa paga (10.874.988,60€), que no final do período em análise, a taxa de execução das GOP's foi de 71,60%. No final do ano 2021, o nível de execução tinha sido de 60,52%.

## Repartição por funções -2022

Execução das Despesas nas Grandes Opções do Plano de 2022				
Código	Designação das rubricas	Valor do Investimento	% dentro Obj./Prog.	% em relação ao total
<b>1.</b>	<b>Funções Gerais</b>	<b>1 269 322,52</b>	<b>100,00%</b>	<b>11,67%</b>
1.1.1.	Administração geral	971 529,78	76,54%	8,93%
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	297 792,74	23,46%	2,74%
<b>2.</b>	<b>Funções Sociais</b>	<b>5 360 391,24</b>	<b>100,00%</b>	<b>49,29%</b>
2.1.1.	Ensino do 1º ciclo	9 856,45	0,18%	0,09%
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	762 318,17	14,22%	7,01%
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	5 457,94	0,10%	0,05%
2.3.2.	Ação social	838 837,54	15,65%	7,71%
<b>2.4.</b>	<b>Habituação e serviços coletivos</b>	<b>2 652 353,59</b>	<b>49,48%</b>	<b>24,39%</b>
2.4.1	Habituação	99,64	0,00%	0,00%
2.4.2.	Ordenamento do território	188 490,53	3,52%	1,73%
2.4.3.	Saneamento	897 365,16	16,74%	8,25%
2.4.4.	Abastecimento de água	904 369,46	16,87%	8,32%
2.4.5.	Resíduos sólidos	642 471,80	11,99%	5,91%
2.4.6.	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	19 557,00	0,36%	0,18%
<b>2.5.</b>	<b>Serviços culturais, recreativos e religiosos</b>	<b>1 091 567,55</b>	<b>20,36%</b>	<b>10,04%</b>
2.5.1.	Cultura	646 052,69	12,05%	5,94%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	414 572,26	7,73%	3,81%
2.5.3.	Outras atividades cívicas e religiosas	30 942,60	0,58%	0,28%
<b>3.</b>	<b>Funções económicas</b>	<b>3 140 777,89</b>	<b>100,00%</b>	<b>28,88%</b>
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	609 739,32	19,41%	5,61%
3.2.	Indústria e energia	941 388,68	29,97%	8,66%
3.3.1.	Transportes rodoviários	1 393 395,63	44,36%	12,81%
3.3.2.	Transportes aéreos	0,00	0,00%	0,00%
3.4.1.	Mercados e Feiras	97 296,54	3,10%	0,89%
3.4.2.	Turismo	98 957,72	3,15%	0,91%
<b>4.</b>	<b>Outras Funções</b>	<b>1 104 496,95</b>	<b>100,00%</b>	<b>10,16%</b>
4.1.1.	Empréstimos	108 252,78	9,80%	1,00%
4.2.	Transferência entre Administrações	996 244,17	90,20%	9,16%
4.3.	Diversas não especificadas	0,00	0,00%	0,00%
<b>TOTAIS</b>		<b>10 874 988,60</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>



## Análise de custos por funções

A contabilidade de custos do município ainda em fase de implementação, assenta igualmente numa classificação funcional dos custos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL nº 192 /2015 de 11 de setembro e com base na NCP 27 «Contabilidade de Gestão» do SNC-AP.

Assim, pode-se quantificar os objetivos a atingir pela autarquia, nos mais diversos níveis, planificar a sua atividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas atribuições, possibilitando assim obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenção que são: as funções gerais, sociais, económicas e outras funções e na prossecução das suas atribuições.

Podemos verificar, conforme mapa anterior, cujos custos se encontram agregados por funções, que o peso das funções gerais, corresponde a 11,67% do total dos custos, e representam 1.269.322,52 euros, sendo que este grupo integra a Administração Geral e a Proteção Civil. As funções sociais representam 5.360.391,24 euros, correspondendo a 49,29% dos custos do município. A rubrica da Ação Social contribuiu com 15,65% do total dos custos desta função, ou seja, 838.837,54 euros, a do Saneamento contribuiu com 16,74%, que corresponde a 897.365,16 euros e a do abastecimento de água regista o maior valor com 904.369,46 euros e corresponde a 16,87% deste agregado.

Se analisarmos as funções económicas concluímos que apresentam o valor de 3.140.777,89 €, sendo que a rubricas dos transportes rodoviários por si só, corresponde a 44,36% do total desta função.

A função, "outras funções" tem um valor de 10,16% do valor do total dos custos deste município, que corresponde a 1.104.496,95 euros.

### 1.2.3.1. Plano Plurianual de Investimentos

Se analisarmos em separado a execução do PPI, demonstra como se concretizou o aumento de capital fixo da instituição, refletindo assim, as funções em que se concentraram efetivamente os seus recursos.

## FUNÇÕES SOCIAIS

As Funções Sociais assumem de novo a maior percentagem do bolo do PPI, com um valor global de 3.692.895,61 euros, o que representa 50,53% do total e um decréscimo de 786.246,90 euros face a 2021.

Neste grupo, são integrados os investimentos em várias áreas, de onde se destacam os valores canalizados para a ação social, mais concretamente para o projeto e requalificação das habitações do ex Bairro do Fundo de Fomento com o valor de 515.335,49 euros.



Figura 1 - Bairro Social

Nos saneamentos, assumem maior relevância, a unificação do sistema de tratamento de águas residuais de Mogadouro, com um total de 858.897,59 euros.



Figura 2 - ETAR Mogadouro

No abastecimento de água destacamos o projeto e remodelação de rede de abastecimento de água, saneamento e pavimentação a Castelo Branco com o valor de 650.566.96,71 euros, a remodelação da ETA de Bastelos (199.997,96€) e ainda a conclusão da rede de águas e saneamento e pavimentação de Meirinhos.



Figura 3 - Água, saneamento, pavimentação Castelo Branco



Figura 4 – Remodelação da ETA de Bastelos

Na área da educação, o destaque vai para a construção da Cantina Escolar, que continua em construção e que durante o ano em análise absorveu o valor de 561.620,92 euros e também para o projeto de construção do Centro de Estudos e Recursos, para onde foram canalizados 43.237,29 euros.



Figura 5 - Cantina Escolar



No subtítulo da Cultura, o maior investimento foi direcionado para a conclusão do projeto e execução da reabilitação e ampliação do Parque de Feiras e Exposições, onde durante o ano de 2022, foram gastos 335.3470,11 euros, e ainda a rede de Castros – Valorização e conservação do Castelo dos Mouros e do Castelo de Oleiros, com um investimento de 81.086,34 euros.

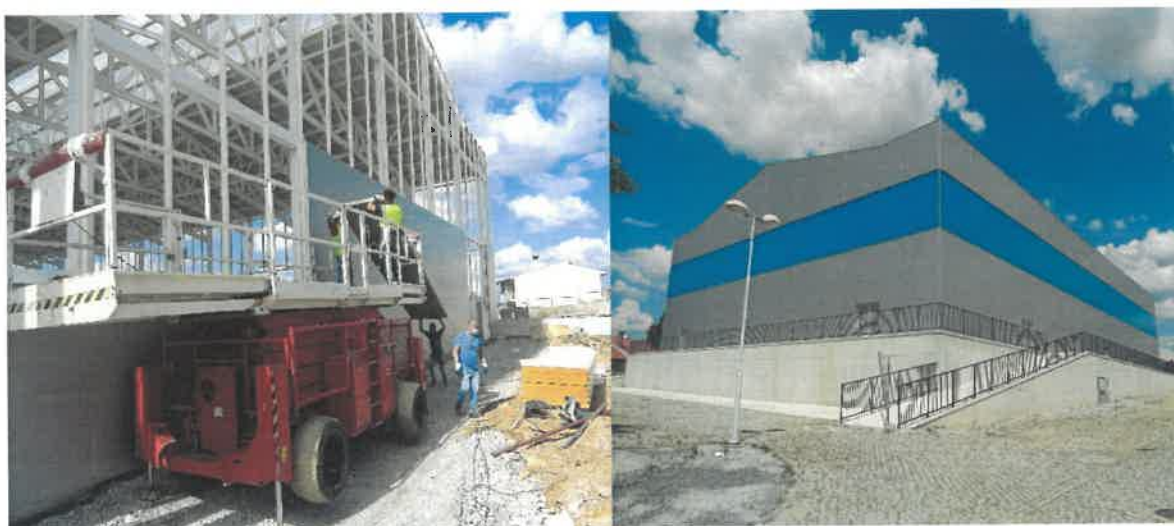


Figura 6 - Parque das Feiras



Figura 7 – Valorização e conservação do Castelo dos Mouros e do Castelo de Oleiros

Já na área do desporto, recreio e lazer, a fatia maior foi destinada ao projeto e construção do Ginásio Municipal no Complexo Desportivo, que absorveu 64.206,00 euros.

Embora de valor inferior, é de referir aqui a construção da rotunda da Avenida de Espanha, que registou no decorrer do ano em análise o custo de 143.103,53 euros.



Figura 8 – Rotunda da Av. de Espanha

## FUNÇÕES ECONÓMICAS

As funções económicas, ficam em segundo por ordem de grandeza, registando em termos globais um total de investimento de 2.655.383,16 euros, que corresponde a 36,33% do bolo geral, valor muito superior ao registado no ano de 2021 em 1.111.976,87 euros. Deste total, destacam-se os 1.393.395,63 euros gastos na rubrica “Transportes Rodoviários”, onde as obras de repavimentação de arruamentos em Vale de Porco (383.732,59€, a repavimentação de arruamentos em Sanhoane (317.027,98€), a pavimentação do caminho rural entre Urrós e Bemposta (361.625,31€) e a pavimentação do

*[Handwritten signatures and the coat of arms of the Municipality of Vale Figueira]*

caminho do Rodelão (138.966,53€) e também e em fase inicial a pavimentação do arruamento do Bairro do Valado ao Complexo Desportivo com 50.844,92 euros absorvem a maior fatia.



Figura 9 – Pavimentação do Caminho do Rodelão e caminho rural entre Urrós e Bemposta

Por si só, neste grupo de funções a maior fatia foi para a construção do Espaço de Promoção e Valorização das Associações e Raças Autóctones (EPVARA), que durante o ano em análise, teve um investimento de 526.644,85 euros.



Figura 10 – EPVARA



Na subfunção Indústria e Energia absorveu um total de 735.342,68 euros, de onde se destaca a Expansão da III Fase do Loteamento Industrial de Mogadouro com 668.873,09€, mas também onde se inclui o projeto e construção do Matadouro Municipal com um total de 29.520,00 euros.



Figura 11 – Expansão da III Fase do Loteamento Industrial de Mogadouro

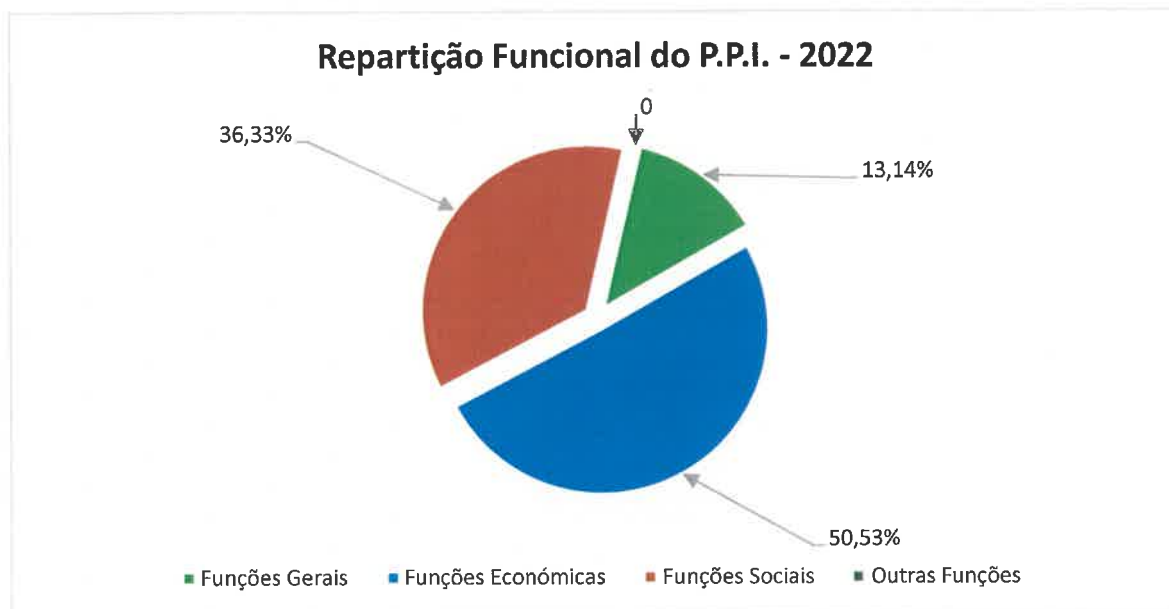
## FUNÇÕES GERAIS

Em termos percentuais, as Funções Gerais foram as que registaram o maior aumento em relação ao ano de 2021, quantificado em 548.327,92 euros, mostrando assim um total no ano de 2022 de 960.020,96 euros o que representa 13,14% do total, sendo que, a Administração Geral absorveu quase a totalidade do valor com 959.795,96 euros. Neste agregado destacam-se os investimentos efetuados com a aquisição máquinas e viaturas no valor de 578.732,00 euros, o equipamento básico num total de 118.317,17€ de onde se



destaca a aquisição de uma tenda no valor de 69.732,00€ e ainda a modernização e informatização de serviços com 72.060,35 euros.

Assim o Plano Plurianual de Investimentos e relativamente à classificação funcional, ficou distribuído da seguinte forma:



### 1.2.3.2. Plano de Atividades Municipal

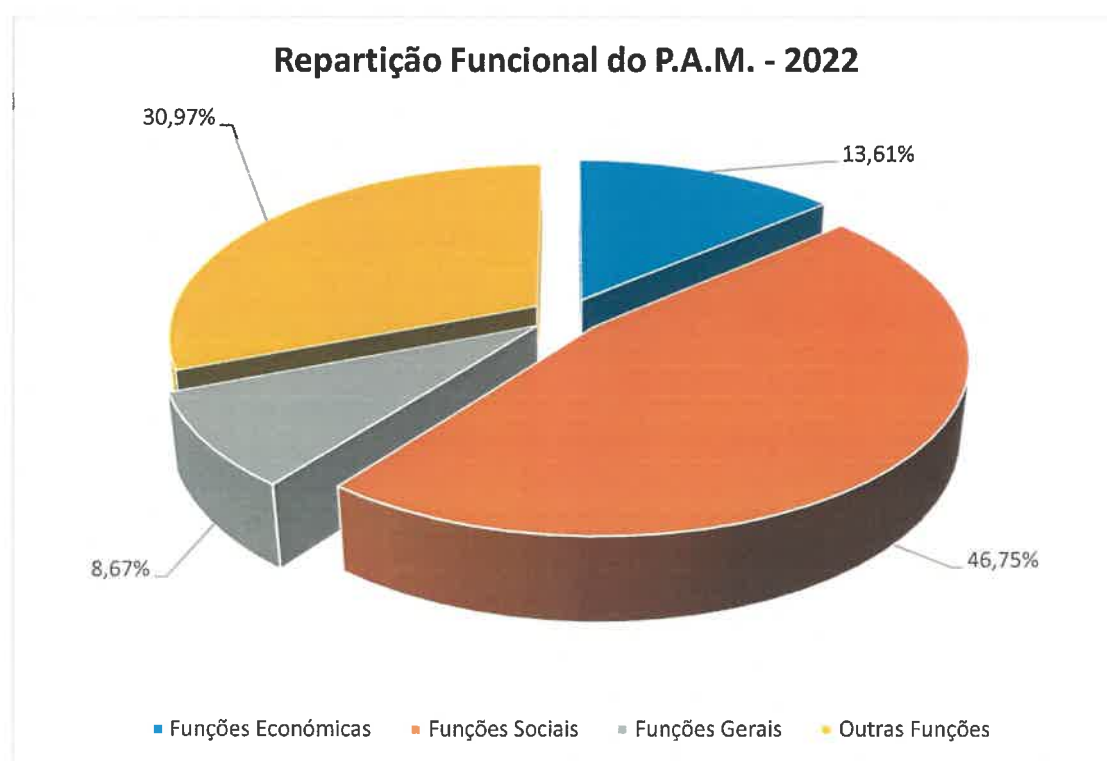
A dotação da despesa prevista em **Plano de Atividades Municipais – PAM** (dotação inicial), ascendia a **4.617.971,00€**, correspondendo à soma dos montantes afetos aos Planos de Atividades de cada área do Município.

Ao longo do ano, os mesmos sofreram reforços e anulações de dotações, por forma a acompanhar a execução das atividades planeadas, e outras que, entretanto, surgiram.

As referidas modificações foram feitas ao abrigo das alterações orçamentais elaboradas e aprovadas nos termos legais, do que resultou que, a dotação corrigida do **PAM** fosse no final do ano de **4.414.671,00€**, atingindo no

fim, uma taxa de execução de 80,79% e que corresponde ao valor de 3.566.688,87€, significando que o Município aumentou, a execução das atividades mais relevantes em 645.956,69 euros, comparativamente ao ano anterior.

O gráfico seguinte, mostra a execução da despesa do PAM por classificação funcional ao longo do ano de 2022.



Ao nível das Funções Globais da Autarquia e contrariamente ao que aconteceu no P.P.I., a que revelou ter mais expressão em 2022, com um total de 1.667.495,63€ e uma taxa de execução de 77,83%, foi o grupo das “**Funções Sociais**”, onde se incluem a Educação, a Saúde, a Segurança e ação sociais, a



Habitação e serviços coletivos e a Cultura, refletindo um crescimento de 464.096,49€ em relação a 2021.

Neste conjunto destacam-se a Habitação e serviços coletivos, onde se inserem os “resíduos sólidos” relativos á limpeza e recolha de lixo, que por si só totalizam 625.883,44€ e correspondem a 37,53% deste agregado, a “Ação Social” com 323.502,05€, destinados na sua maioria ao pagamento de acordos de cooperação com IPSS no valor de 113.609,37€, e ainda ao apoio à natalidade e compra de medicamentos no valor de 41.323,91€ e 17.419,61€ respetivamente e ainda os 54.4845,91€ gastos no Espaço Mais. Deve aqui destacar-se também, o valor de 47.593,58 euros gastos com o Fundo de Emergência.

Para os “Serviços Culturais, Recreativos Culturais e Religiosos” foram 555.092,60€, desagregados pelos setores da “Cultura” 212.809,64 euros, cujo destaque vai para os subsídios atribuídos às Associações no valor de 158.354,10€ e pelo “Desporto, Recreio e lazer” com 317.428,86 euros de onde se destacam as animações de Verão como o Red Burros, o festival de Terra Transmontana e o festival Mogadouro em Movimento.

Em segundo lugar surge o grupo das “**Outras funções**” com o total de 1.104.496,95 euros, onde se destaca a rúbrica de “Transferências entre Administrações” no total de 996.244,17€, onde se inserem as transferências efetuadas às Juntas de Freguesia do Concelho, conforme mapa seguinte e as “operações de dívida autárquica” com pagamentos de 108.252,78 euros.

**Transferências para as Juntas de Freguesia**

Entidades	Transferências			
	Freguesias	Correntes	Capital	Total
Azinhoso		22.846,80		22.846,80
Bemposta		40.845,57		40.845,57
Bruçó		9.767,18	5.000,00	14.767,18
Brunhoso		12.990,14		12.990,14
Castelo Branco		26.746,16		26.746,16
Castro Vicente		23.316,54		23.316,54
Meirinhos		16.969,12		16.969,12
Paradela		13.477,08		13.477,08
Penas Roias		24.118,88		24.118,88
Peredo de Bemposta		14.966,74		14.966,74
Saldanha		17.696,90	3.000,00	20.696,90
São Martinho do Peso		30.801,58		30.801,58
Tó		9.727,56		9.727,56
Travanca		13.396,70		13.396,70
Urrós		18.659,38		18.659,38
Vale da Madre		8.841,52		8.841,52
Vila de Ala		20.573,38		20.573,38
União de Freguesias, de Brunhosinho, Castanheira e Sanhoane		21.224,96		21.224,96
União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar do Rei		40.029,67		40.029,67
União de Freguesias de Remondes e Soutelo		27.355,82		27.355,82
União de Freguesias de Vilarinho dos Galegos e Ventozelo		25.088,14		25.088,14
Ministério das Finanças		13.455,02		13.240,30
<b>TOTAIS</b>		<b>452.894,84</b>	<b>8.000,00</b>	<b>460.894,84</b>



*[Handwritten signature]*

De referir o valor de 13.455,02 euros atribuído às Freguesias, transferido diretamente pela Autoridade Tributária ao abrigo da alínea a) do nº.1 do artigo 23º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, inerentes a 1% da receita de IMI sobre os prédios rústicos, e ainda o valor de 2.573,32 euros relativo às eleições autárquicas e legislativas.

As “**Funções Económicas**”, com 485.394,73€ surgem em terceiro lugar do total gasto (13,61%) e com uma taxa de execução de 80,56%. Deste volume, destacam-se os pagamentos no montante de 206.046,00€ do grupo “Indústria e Energia” destinados ao apoio à criação de emprego que aumentou em mais de 40% em relação ao ano anterior e 196.254,24€ do grupo “Comércio e Turismo”, cuja repartição foi feita pelo planeamento, promoção e divulgação turística (65.278,40€), a Feira Franca dos Produtos da Terra/Amendoeiras em Flor (28.842,71€) e principalmente pela Feira dos Gorazes (79.208,14€), mas também o concurso de bovinos entre muitos outros de valor inferior.

As “**Funções Gerais**” surgem desta vez em último lugar com um total de 309.301,56€, o que representa 8,67% do total do Plano das Atividades Municipais.

O valor deste grupo que teve uma taxa de execução de 96,45%, excepcionando os valores gastos com as geminações de Ploumagoar e Grosly, num total de 11.733,82€, todo o restante foi transferido aos Bombeiros Voluntários de Mogadouro, para pagamento aos Operadores de Central e da Equipa de Intervenção Permanente num total de 127.007,63 euros e ainda dos protocolos celebrados com aquela instituição no valor de 170.560,11 euros.

## IV. Linhas de Intervenção

### 1. Educação e Cultura

A Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTc) é um “organismo vivo”, um espaço de lazer, de cultura e para a cultura, e, deste modo, através do seu Serviço de Extensão Cultural, promoveu, para os seus diferentes públicos, atividades culturais de diferentes tipologias.

Neste sentido, realizaram-se, na Biblioteca Municipal Trindade Coelho



(BMTc), no ano de 2022, diversas e variadas atividades:

Horas do Conto e Leituras Seniores (39); Ateliês de Expressão Plástica (36); Outros Ateliês (2); Mostras Bibliográficas (26); Várias Formações (6), Apresentações de Livros e Encontros com Escritores (11), visitas Guiadas, Concursos de

leitura, Feira do Livro, Espetáculos diversos, Horas do DVD, Cinema para Seniores - CINEMEMÓRIA, entre outras atividades (49).

A referida Instituição concretizou, então, presencialmente e online, no total, 169 (cento e sessenta e nove) atividades.

No ano em análise, a Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTc) esteve aberta ao público 245 (duzentos e quarenta e cinco) dias e foi visitada por 7833 (sete mil oitocentos e trinta e três) Utilizadores/Leitores, o que significa que a

referida Instituição, em média, por dia, foi visitada por cerca de **33 pessoas** (32,07).



Realizou **1610** (mil seiscentos e dez) pedidos de empréstimo domiciliário.

Inscreveram-se, como Utilizadores, **31** (trinta e uma) novas pessoas.

Usufruíram, ao longo do ano em análise, dos Serviços TIC da Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTTC), **530** (quinhentos e trinta) pessoas.

Adquiriu, ainda, diversos documentos, para atualização do fundo bibliográfico, num valor total de **7.988,50 €** (sete mil novecentos e oitenta e oito euros e cinquenta cêntimos).

Pretende-se, então, desta forma, criar uma Biblioteca do e para o séc. XXI, ativa na sua comunidade (concelho de Mogadouro) e pró-ativa no desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais desenvolvida, exigente, consciente, interessada e, acima de tudo, mais informada.

**Ainda nesta área, no Centro de Interpretação do Mundo Rural, a atividade foi constante ao longo do ano, onde destacam:**

- Exposição de cogumelos silvestres com uma participação de 658 visitantes durante o período de 2 de janeiro a 14 de maio;



*[Handwritten signature]*



- Visitas guiadas com 2416 visitantes;
- Apresentação de cantigas de Portugal com 591 participantes;
- Entrega de prémios dos concursos de Natal com 29 participantes,



- Féria da Páscoa/Férias na Escola com 50 participantes;
- Atelier de Culinária com 119 participantes;
- Atividade interativa “Artes e ofícios”, também com 119 participantes;
- Jogo do Britango com 50 participantes;
- Apresentação de vídeo sobre a desertificação com 50 participantes;





- Exposição “Objetos com história” visitada por 1533 pessoas;
- Férias de Verão/Férias na Escola/Férias CATL com 161 participantes;
- Concurso Postal Ilustrado com 69 participantes;
- Exposição Postais de Natal com 71 visita;

- Férias de Natal/Férias na Escola com 38 participantes;
- **Sessões Auditório:**
- Vinalda – 2 com Wine Indigenus, Lda. com 33 e 34 participantes;
- Sessão pública de apresentação do modelo de congestão do PNDI com 57 participantes;
- Sessão de esclarecimento da criação da bio região dos Lagos do Sabor, onde participaram 67 pessoas;





- 1º. Encontro de História Local com 42 participantes;
- Comemoração do Dia da Desertificação com 67 participantes;
- Assinatura do protocolo “Estações Náuticas” com 38 participantes;
- Celebração do dia dos Avós com 105 participantes;
- Sessão participativa do PNDI com 38 participantes;
- Sessão de esclarecimento sobre as estações de Caminho de Ferro, com 17 participantes;
- Sessão de esclarecimento sobre Produtos Bio com, 34 participantes;
- Encontro Micológico Transmontano com 70 participantes;
- Sessão pública sobre o programa de reordenamento e gestão da paisagem (PRGP) do Alto Douro e Baixo Sabor onde marcaram presença 29 pessoas.

Na **Casa da Cultura**, realizaram-se no auditório diversas atividades como palestras, congressos, assembleias gerais, sessões de esclarecimento e concertos entre outras, desenvolvidas não só pelo Município mas também pelas várias entidades que solicitaram cedência das instalações como o Agrupamento de Escolas, Associações de Agricultores, Banda dos Bombeiros, Associação de pais, Junta de Freguesia de Mogadouro e Comissão de Festas Nossa Senhora do Caminho entre outras.

No que diz respeito ao cinema, foram realizadas 27 sessões duplas, tendo-se registado a presença de 2471 espetadores, tendo o custo de 15.190,50 euros.

**A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)** durante o ano de 2022, promoveu várias atividades destacando-se aqui aquelas que registaram maior número de participantes como:

✓ **Laço azul – mês da prevenção dos maus tratos na infância,**

- ✓ com a participação de todos os alunos do agrupamento de escolas de Mogadouro e Bemposta, no campo de futebol do Complexo Desportivo com a participação de cerca de 700 pessoas;
- ✓ com todos os alunos (cerca de 75) do infantário da Santa Casa da Misericórdia, na praça eng. Duarte Pacheco;
- ✓ com cerca de 30 funcionários da Unidade Local de Saúde, no Centro de Saúde de Mogadouro.



- Caminhada mensal em Bemposta com cerca de 100 participantes.

Também na área da cultura, e inserido no projeto **“Cultura para Todos”**, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Aulas regulares de teatro colocando a Expressão Dramática ao serviço de uma comunidade pretende desenvolver a capacidade de criação, através da ação (jogo dramático), educar a sensibilidade, entendimento das

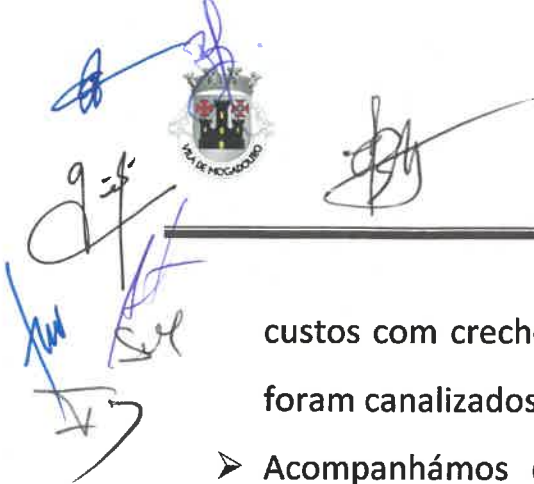


diferenças culturais e desenvolvimento da capacidade de perceção, ajudando o indivíduo a coexistir melhor com a realidade do quotidiano. Isto, através da criação de espaços de jogo, de práticas ativas e lúdicas, criando desta forma, condições para o desenvolvimento pessoal, imaginativo e criativo, assim como promovendo as capacidades de comunicação e expressão, autoconfiança e autonomia. A interpretação dá-nos então a oportunidade de apreender e conhecer o mundo, atribuindo-lhe um sentido, trata-se no fundo de aprender connosco e com os outros.

- Comemoração do dia da Poesia;
- Comemorações do 25 de abril;
- Festival da Terra Transmontana com custos de 113.434,75 euros;
- Realização de 8 espetáculos de teatro com alunos do 1.º ciclo.

Na área da **educação**, entre as muitas atividades levadas a cabo durante o ano em apreciação, destacam-se aqui, as que resultam em poupança efetiva para as famílias:

- Continuámos o apoio às atividades de enriquecimento curricular, em articulação com as associações de pais e agrupamentos de escolas;
- Foram registados 30 pedidos para atribuição de bolsas de estudo, tendo até ao final do ano sido pago o valor de 5.605,13 euros;
- Candidataram-se 320 famílias ao apoio à 1.ª infância e atividades de tempos livres, programa em que o Município suporta a totalidade dos



custos com creches, amas sociais, ensino pré-escolar e ATL, para onde foram canalizados 118.945,44 euros;

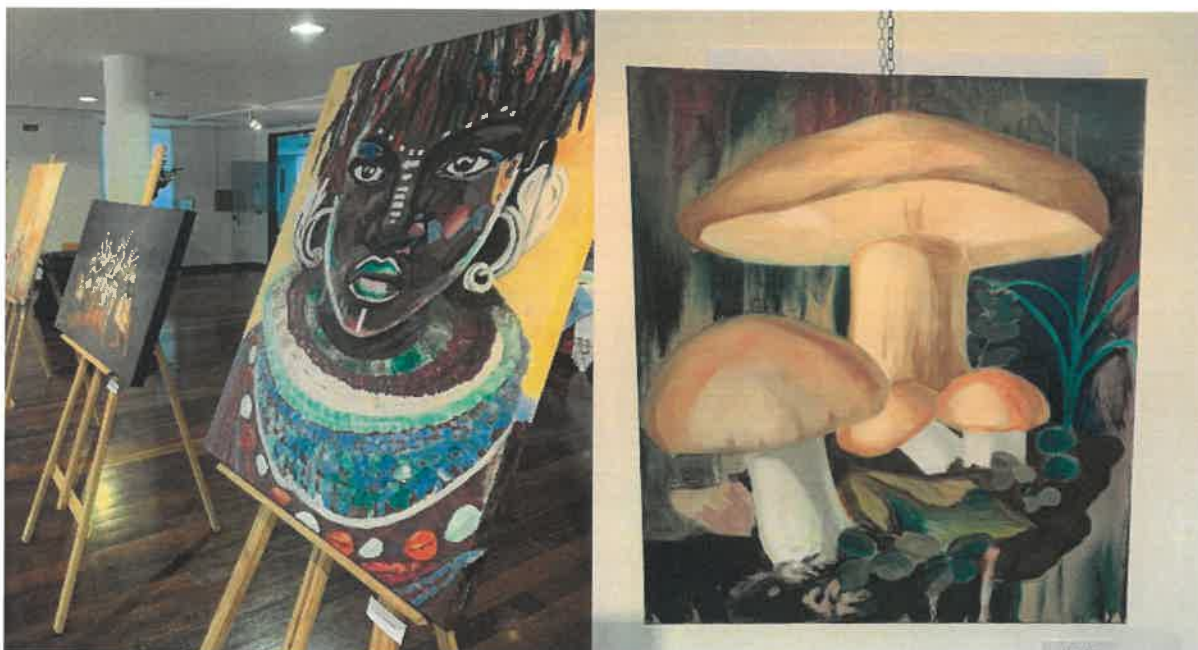
- Acompanhámos e monitorizámos os diversos setores da atividade educativa, tais como transportes escolares, refeições escolares e equipamentos escolares;
- Atribuímos auxílios económicos escolares nos Ensinos Pré-escolar, e Básico 1º Ciclo, designadamente através do fornecimento de refeições, prolongamento de horário e oferta dos livros escolares a todos os níveis de ensino que custou aos cofres do Município o montante de 21.471,20 euros;
- Cedemos gratuitamente todos os Transportes Escolares, a todos os graus de Ensino de Mogadouro;
- Promovemos aulas de música e ginástica, ministradas pelos Técnicos das AEC's, a todos que as pretendam frequentar;

## 2. Saúde e Qualidade de Vida

- Durante o ano de 2022, procedeu-se a atribuição de subsídios para compra de medicamentos a 68 pessoas cujo rendimento mensal é manifestamente baixo, o que acarretou um custo de 17.419,61 euros;
- Suportamos a despesa de 98.560,11 euros com deslocações efetuadas diariamente ao Instituto Português de Oncologia no Porto e outros hospitais para realização de consultas e exames, a pessoas que precisavam de cuidados médicos, com doenças do foro oncológico ou

outras que não sofrendo desta patologia, aproveitaram a boleia da viatura que ainda tinha lugares disponíveis. Alguns munícipes realizaram várias deslocações no ano.

- No âmbito do Protocolo de Cooperação do Serviço de Teleassistência domiciliária, mantêm-se em funcionamento, aparelhos para idosos em situação de dependência/isolamento social, com um total gasto de 5.457,94 euros;
- Mantemos o protocolo de colaboração do Planalto Mirandês para os cuidados paliativos, o acarretou um custo de 28.824,00 euros;
- Promoveram-se aulas de pintura da Universidade Sénior.



- Comemoração do dia Mundial da Criança com cerca de 500 participantes;
- Participação da equipa do PIICIE nas Férias em Movimento e Férias na Escola;
- Palestra com o título “Stress como combustível”.

3. Desporto

- Apoiámos através da concessão de subsídios e cedência de transporte, as Associações desportivas do concelho;
- Realizámos o Torneio anual de Ténis com 30 participantes;
- Foram feitas 4 caminhadas em várias aldeias nas quais participaram no total cerca de 210 pessoas;
- Encontro de futebol petizes e Traquinas com 150 crianças;



- Promovemos o BTT das Amendoeiras em flor com 60 atletas;
- Nos trilhos das amendoeiras registamos a presença de 120 atletas;

- O dia aberto das Piscina Municipal Coberta contou com a presença de cerca de 150 crianças;



- Participaram cerca de 70 atletas no encontro de Voleibol;
- No dia do desporto participaram 200 alunos;



- Realizamos o 1.º encontro de escolas de natação com a presença de cerca de 100 crianças;






- Promovemos a realização do Campeonato Nacional de Ciclismo de Estrada que registou a presenças de cerca de 300 corredores;
- O Torneio de Futsal inter freguesias contou com a presença de 130 atletas;
- Participamos nos jogos tradicionais de distritais de Bragança com 28 pessoas;

- No dia mundial do coração mega aula de fitness participaram 40 pessoas;



- A corrida S. Silvestre registou a participação de 270 atletas e caminheiros;



Durante o ano de 2022, as piscinas cobertas registaram a entrada de 2275 utentes e a descoberta um total de 9208 utentes.

#### 4. Ação social

- No Espaço Mais ao longo do ano de 2022 promoveram—se diversas atividades com os utentes, designadamente a execução de pequenas tarefas domésticas, jogos lúdicos e pedagógicos, atividades de animação entre muitas outras.
- *Apoiámos 8 famílias carenciadas através do pagamento das rendas de suas habitações, pagando também a mais 3 famílias moradoras do ex bairro do Fundo Fomento para obras de beneficiação nas suas habitações, num total de 15.430,00 euros;*
- *Procedemos à melhoria de alojamento de duas famílias com dificuldades financeiras, com reparações na sua habitação no valor de 3.866,82 euros;*
- *Apoiámos financeiramente instituições de solidariedade social, como a Santa Casa de Misericórdia através da celebração de protocolos;*
- *Foram recebidos 37 pedidos de apoio à Natalidade, tendo sido atribuído até ao fim de 2022 o valor de 41.323,91 euros;*

#### 5. Segurança

- Apoiamos e o acompanhamos da Comissão Municipal de Proteção Civil;



- Continuámos a apoiar, através da celebração de protocolos, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Mogadouro tendo em vista a melhor gestão do Corpo de Bombeiros;
- Acompanhámos a C.P.C.J. na promoção dos direitos da criança.

## 6. Património Cultural

Identificam-se como instrumentos do regime de valorização, o inventário geral do património cultural, instrumentos de gestão territorial, parques arqueológicos, os programas e projetos de apoio à musealização, exposição e depósito temporário de bens e espólios, assim como programas de apoio às formas de utilização originária, tradicional ou natural dos bens. Programas e projetos de divulgação, sensibilização e animação de formação específica e contratualizada, bem como programas de voluntariado. Programas de apoio à ação educativa e programas de aproveitamento turístico. Os regimes de acesso, nomeadamente a visita pública e as coleções visitáveis constituem igualmente instrumentos de valorização dos bens culturais. E por último os planos e programas de aquisição de bens culturais e permuta dos mesmos.

Assim, pela Sala Museu e serviços de Arqueologia, foram desenvolvidas várias atividades, das quais se destacam:

- Trabalhos de manutenção e conservação da Torre Sineira da Igreja do Convento;
- O Projeto de valorização dos Castelos dos Mouros e de Oleiros;



- A Sala Museu de Arqueologia, ao longo do ano de 2022 recebeu 1376 visitantes, a Igreja do Convento de S. Francisco recebeu 215 e a Zona Histórica de Mogadouro teve 53 visitantes, em todos os casos acompanhados pelos técnicos da Sala Museu e Arqueologia.

## 7. Atração e Dinamização da Iniciativa Empresarial

Nesta área de atuação, durante o ano findo:

- Atribuiu-se o valor total de 206.046,00 euros para apoio à criação de 62 novos postos de trabalho e ainda a manutenção de outros 51 apoiados anteriormente de acordo com o Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de interesse Municipal;
- Apoiamos os produtores pecuários nas despesas com o pagamento de 75% dos custos suportados por estes com a vacinação animal traduzido num custo de 83.094,47 euros.

## 8. Turismo

O Posto de Turismo de Mogadouro, funciona diariamente e sendo o ano de 2022 de retoma turística e achamos que o Posto de Turismo de Mogadouro tem um papel importante de destaque na experiência do turista. Este constitui, muitas vezes, o primeiro contato que o visitante ou turista tem com o lugar que pretende visitar, neste caso específico o Concelho de Mogadouro. Deste modo,



torna-se fulcral que a informação fornecida pelos seus recursos humanos seja adequada e de qualidade, pois esta vai ter influência no percurso que o visitante ou turista vai realizar, na escolha das atrações turísticas que vai visitar, bem como nos serviços dos quais vai usufruir. Pretendemos, portanto, contribuir para um melhor serviço do Posto de Turismo, alcançando mais turistas, fornecendo toda a informação adequada às solicitações de cada visitante e promovendo pequenos eventos e ações culturais mantendo uma dinâmica ativa de modo a assegurar e a melhorar a qualidade dos serviços turísticos do nosso concelho. A organização, marcação e acompanhamento de visitas é um dos serviços disponibilizados que dá a conhecer o centro histórico de Mogadouro. Também a organização e consequente realização de passeios culturais por todo o concelho vem dinamizar, divulgar e promover o património turístico, cultural e natural da região. O apoio a todas as iniciativas e eventos de carácter turístico e cultural faz do Posto de Turismo um local de suporte e referência na organização das mesmas.

As principais áreas de atuação do posto de Turismo, não só na sua total disponibilidade de atendimento ao público, dando toda a necessária e correta informação, mas também no apoio a qualquer outra atividade de âmbito turístico e cultural.

Durante o ano de 2022, o número de visitantes do Posto de Turismo foi de 2320 pessoas e destacam-se no seu decurso, as seguintes atividades:

- Preparação logística para a receção da Comitativa Francesa de Grosly, e acompanhamento da mesma em visita ao Centro Histórico e outro locais de interesse do Concelho;

- Organização da exposição “Máscaras de Mogadouro”;
- Elaboração de uma lista de Miradouros do Concelho de Mogadouro (com coordenadas e distâncias das localidades mais próximas e acessos) para posterior elaboração de um folheto promocional;
- Preparação e organização do Passeio Cultural ao Centro Histórico de Mogadouro, no âmbito das Amendoeiras em Flor;
- Apoio na organização da exposição “Objetos com História” – CIMR;



- Realização do Passeio Cultural aos Castelos de Mogadouro, Penas Róias e Castro de Vilarinho dos Galegos, com cerca de 24 participantes;
- Apoio logístico na preparação e montagem da exposição “Retalhos de um Caminho” organizada pelo Agrupamento de Escolas de Mogadouro;
- Realização de visita guiada com comitiva francesa de Ploumagoar constituída por cerca de 50 pessoas a vários locais do Concelho;
- Apoio à Comissão Desportiva do Campeonato Nacional de Ciclismo;
- Preparação logística e informação para apoio e divulgação da Exposição “Ilustrar Mogadouro I” de Gady Rui Santos;

- Apoio logístico na montagem da exposição “A Segunda Pele” de Balbina Mendes;



- Comemoração do Dia Mundial do Turismo com uma Sessão de Esclarecimento - Alojamento Local e uma Sessão de Esclarecimento – Património;
- Apoio na montagem da Exposição “Terra Fria, Alma Quente” de Cláudia Costa;
- Apresentação do Projeto "Escolas e Memória - Histórias e memórias da nossa terra" aos alunos e pais das turmas do 3º ano do 1º Ciclo do Ensino básico do Agrupamento de Escolas de Mogadouro;
- Preparação de uma Proposta de Exposições para a área expositiva do Posto de Turismo para o ano de 2023;



A origem da procura turística mantém-se na sua grande maioria de Portugal, sendo os visitantes franceses e espanhóis, os estrangeiros que mais nos visitam.

## 9. Urbanismo

No âmbito do Planeamento e Gestão Urbanística, apresentam-se os seguintes dados referentes ao ano 2022:

218	<b>Processos de operações urbanistas</b> deram entrada na autarquia
1357	<b>Informações</b> foram elaboradas pela técnica superior- arquiteta
50	<b>Informações</b> elaborada pelo serviço de apoio administrativo
79	<b>Alvarás de construção</b> foram emitidos
51	<b>Alvarás de utilização</b> de edifícios foram emitidos
11	<b>Prorrogações de alvarás</b> de construção
5	<b>Alvarás especiais</b> para acabamentos
10	<b>Vistorias</b> realizadas no âmbito do: licenciamento industrial (SIR), licenciamento de sucatas, Alojamento Local e Turismo no espaço Rural, Dever de Conservação e aplicação do RIRPEC.
10	<b>Processos</b> de licenciamento de muros
12	<b>Processos</b> de Pedidos de Informação previa (PIP)
215	<b>Certidões</b> foram emitidas
62	<b>Processos</b> de escassa relevância urbanística
58	<b>Requerimentos</b> diversos
26	<b>Tratamento</b> de reclamações/queixas contra terceiros
1362	<b>Ofícios</b> elaborados
587	<b>Atendimentos</b> presenciais efetuados pela técnica superior
998	<b>Atendimentos</b> presenciais efetuados pelo Serviço de Apoio Administrativo da DOTU
458	<b>Emails respostas/enviados</b> pela técnica superior - arquiteta
249	<b>Emails respostas/enviados</b> pelo Serviço de Apoio Administrativo da DOTU



72	<b>Reuniões de trabalho</b> com entidades da administração Central do Estado e privados.
----	--

É da responsabilidade da DOTU o acompanhamento Técnico da:

**Revisão dos PDM** de Alfândega da Fé, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro e Torre de Moncorvo

**Plano de Cogestão** do PNDI reuniões mensais e presença nas Sessões participativas que decorreram nos 4 municípios



**Criação da Bio – Região do Baixo Sabor**

Coube também à DOTU a Organização e:

- Acompanhar a visita de um dia da delegação da IN.N.E.R. Rede Internacional das Bio Regiões, à área geográfica dos Lagos do Sabor;
- Assistir a sessão de esclarecimento da criação da Bio Região dos Lagos do Sabor que decorreu no Auditório do Centro Interpretativo;
- Participar na Apresentação da Estratégia para a **Bio Região dos Lagos do Sabor Câmara** que decorreu na **Casa das Artes e Ofícios**;



**Grupo de trabalho** da implementação do sistema da Qualidade da CMM.

**Interlocutor** junto à ANMP no âmbito das acessibilidades.

**Interlocutor** no âmbito do IFRRU.

**Interlocutor** no âmbito do INE.

Foi elaborado e apresentado publicamente na Casa da Cultura de Mogadouro o o Regulamento Incentivo à Recuperação do Património Edificado Concelhio- **RIRPEC**

**Toponímia e Cadastro** foram organizadas 2 reuniões da Comissão de Toponímia e emitidas 19 certidões nesta temática.

**Fiscalização Municipal** iniciou-se a elaboração de proposta de Regulamento Municipal de Fiscalização de operações urbanísticas.

**Topografia, Cartografia, Sistema de Informação Geográfica e Desenho.** Apoio ao nível das atribuições do Programa 1º Direito.

**Património Histórico** apoio técnico nas obras financiadas pelo RIRPEC



**Gestão de Jardins, Espaços Verdes e funcionamento das instalações sanitárias públicas.**

Foram atribuídas tarefas às equipas dos Jardins e a integração nas mesmas dos trabalhadores com contratos de emprego e inserção.

Foi ministrada a todos os trabalhadores formação na área de Higiene e segurança no trabalho.

Elaborados projetos:

- Novo arranjo para o Jardim Trindade Coelho
- Criação de um jardim de “Suculentas” no topo do edifício de lojas no Parque desportivo.

Foram ministradas 202 Horas de Formação a diferentes trabalhadores.

## **QREN, PORTUGAL 2020 e Outros Financiamentos**

Estando a decorrer o Programa Operacional “Norte 2020”, importa aqui fazer uma análise à sua execução. Em primeiro lugar dizer que face aos atrasos verificados no programa, o período foi alargado de forma a concluir os projetos em fase de construção e outros ainda em fase inicial. Trata-se de um programa que face à nossa localização geográfica, é gerido pela CCDR Norte, e tem como objetivo final, desenvolver o concelho, dotá-lo das infraestruturas em falta, contribuindo assim para o melhoramento da qualidade de vida da população de acordo com as estratégias anteriormente definidas.



## Prestação de contas 2022

<i>Data</i>	<i>Designação</i>	<i>Comparticipação</i>	<i>Recebido no Ano</i>	<i>Recebido Acumulado</i>
10/08/2018	Reabilitação de edifício da Escola Preparatória Trindade Coelho – adaptação a cantina escolar	1.185.195,27€	177.382,89€	507.128,35 €
22/10/2020	EB1 e Jardim de Infância – Melhoria de condições térmicas	90.784,16€	86.244,95€	86.244,95€
10/07/2020	Construção de abrigos para paragens de autocarros	70.422,04€	13.945,07€	66.900,94 €
20/07/2018	Reformulação do Sistema de Tratamento Águas Residuais Urbanas da Vila de Mogadouro	1.874.615,45€	273.937,89€	1.694.230,64 €
30/05/2018	Projeto e Requalificação das habitações do ex Bairro Fundo Fomento	2.390.963,83€	200.169,42€	1.749.100,75€
21/12/2018	Recinto de Valorização de Raças Autóctones	683.558,72€	181.440,45€	396.463,93 €
19/03/2020	Redução do consumo de energia Iluminação Pública de Mogadouro	138.700,00€	105.518,00€	105.518,00 €
04/12/2020	Sabor Lake Resort – Projeto Arquitetura	40.737,60€	8.136,45€	16.272,90 €
02/07/2019	Rede de Castros – Beneficiação do Castelo dos Mouros de Vilarinho dos Galegos	271.740,78€	46.667,80€	175.220,83 €
04/12/2020	Lagos do Sabor – Ligação da E.M.593 a Paradela -Beneficiação e Retificação da E.M.593 entre Remondes e a E.N.216	127.515,42€	98.075,46 €	127.515,42 €
18/03/2021	Qualificação e ampliação da AAE Mogadouro- Expansão da II fase do Loteamento Industrial de Mogadouro	750.000,00€	291.154,41 €	291.154,41€
14/07/2022	Recinto de valorização e promoção dos produtos do território	347.457,14€	304.690,69€	304.690,69€
11/02/2022	Remodelação da Estação de Tratamento da Água de Bastelos	767.882,76€	115.590,94€	115.590,94€



## Prestação de contas 2022

24/02/2022	Remodelação da rede de água, saneamento e pavimentação de Meirinhos	550.020,38€	207.096,05€	207.096,05€
24/02/2022	Remodelação da rede de água, saneamento e pavimentação de Castelo Branco	645.180,24€	205.200,27€	205.200,27€
13/12/2022	Repavimentação de Arruamentos em Sanhoane	293501,78€	0€	0€
20/12/2022	Repavimentação de Arruamentos em Vale de Porco	548.049,55	0€	0€
<b>Totais</b>		<b>9.591.129,85€</b>	<b>2.315.250,74€</b>	<b>6.048.329,07€</b>

O quadro anterior, reflete os projetos aprovados à luz do Quadro Portugal 2020 para o Município de Mogadouro, nos diversos programas e áreas variadas, contemplando apenas aqueles que tiveram execução durante o ano, ou mereceram a sua aprovação no decorrer do mesmo.

No final do ano 2022, o Município de Mogadouro, tinha projetos aprovados no valor de 9.591.129,85€, o que correspondia a um volume de investimento muito superior, na medida em que o máximo de comparticipação é de 85%, havendo outras que são financiadas em apenas 50%.

De referir que, alguns deles vêm já de anos anteriores, outros há que estão concluídos e aguardam apenas o fecho do projeto e há ainda os que não têm qualquer execução financeira.

De acordo com o quadro apresentado, pode verificar-se que no final de 2022, o Município de Mogadouro tem projetos ou ações aprovadas e não recebidas no valor de 3.542.800,78€, que serão recebidos contra a apresentação da despesa realizada, podendo afirmar-se que no final do ano



muita dessa despesa enviada, ainda não tinha sido recebida a respetiva comparticipação.

No decorrer do ano foi ainda recebido o valor de 598,29€ e 23.429,24€ relativamente ao fecho das candidaturas da Reformulação do sistema de Tratamento de Águas Residuais de Urrós e Feiras da Raia respetivamente, cujos valores não constam da relação anterior.

## V. Endividamento

A elaboração e análise da informação financeira do Município para além de uma obrigação decorrente do normativo legal é também uma fonte primordial de informação no sentido de apoiar as decisões do Órgão Executivo.

### Limites Legais

Toda a Administração Pública está sujeita ao princípio da estabilidade orçamental, a qual consiste numa situação de equilíbrio ou excedente orçamental.

Cada subsetor, no caso a Administração Local, deve contribuir para esse equilíbrio de forma proporcional.

No âmbito da estratégia de consolidação orçamental definida pelo Governo, foram consagradas medidas de apertado controlo do endividamento municipal. Embora a Lei das Finanças Locais, consagre as normas que estabelecem limites máximos ao endividamento municipal, anualmente, têm vindo a ser estatuídas na Lei do Orçamento de Estado (LOE) normas e limites



mais restritivos à capacidade de endividamento de cada município, face aos objetivos traçados, em termos de metas orçamentais do **Programa de Assistência Económica e Financeira**.

A entrada em vigor da nova **Lei das Finanças Locais** (Lei nº 73/2013 de 3 de setembro), em 01/01/2014, trouxe uma mudança substancial do conceito de endividamento municipal. O enfoque do controlo, deixou de estar centrado no endividamento líquido e no endividamento de médio e longo prazo, introduzindo-se o conceito de **dívida total** de operações orçamentais do município, o qual engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais (nº 2 do art.º 52.º da referida LFL).

Estabelece o nº 1 do art.º 52.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que “a dívida total de operações orçamentais do município, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

A violação do disposto no n.º 1 do mesmo artigo (excesso de endividamento à data de 31/12 de cada ano), determina uma redução de pelo menos 10% do montante em excesso até que aquele limite seja cumprido e caso cumpra o limite previsto, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

No entanto, tendo em conta os dados fornecidos pela Direcção-Geral das Autarquias Locais – DGAL, no caso do município de Mogadouro, o limite de endividamento para o ano de 2022 era de 18.091.668,00 euros, conforme retratamos no quadro seguinte:

Receita corrente líquida				Média da Receita Corrente Líquida dos 3 últimos anos	Limite da dívida total
2019	2020	2021	Total		
11.581.232€	11.776.487€	12.825.617€	36.183.337€	12.061.112€	18.091.668€

Sendo a capacidade de endividamento de 18.091.668€, o mapa seguinte reflete a situação do Município entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022, verificando-se uma situação de cumprimento dos limites legalmente definidos:

Dívida Total					
Limite p/ 2022	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/ Ent.Part.	Dívida Total Excluindo não Orçamentais e FAM	Margem Absoluta	Margem utilizável (20%)
18.091.668	01 – janeiro – 2021				
	1.149.073	323.935	671.694	17.419.974	3.483.995
	31 – dezembro – 2021				
	1.238.187	313.447	512.745	17.578.923	3.642.944
Variação da dívida total					-23,66%

Apesar da DGAL não ter feito este apuramento, considerando o valor da dívida das entidades que de acordo com a Lei, contribuem para o endividamento municipal fixada a em 313.447 euros, face aos valores apresentados, a margem absoluta para o total da dívida é de 17.066.178€ (17.578.923 – 512.745).



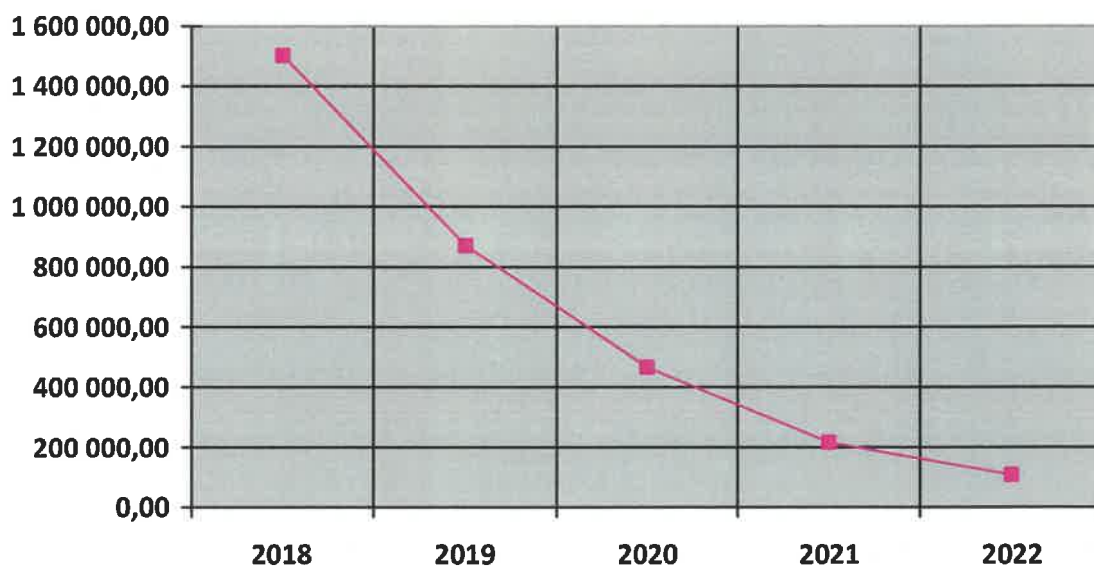


Como atrás foi referido, as entidades cumpridoras onde o Município de Mogadouro se insere, podem aumentar a dívida em 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios, ou seja, poderíamos ter aumentado a dívida em 3.515.785€ (17.578.923€ x 20%).

## Evolução da Situação do Endividamento Bancário MLP

Gerência	2018	2019	2020	2021	2022
Total Capital em dívida de MLP	1.503.988,83	871.362,25	467.238,66	216.505,60	108.252,82

Conforme se pode verificar pelo quadro supra, entre 2018 e 2022, foram amortizados 1.395.736,01€, tendo o endividamento de MLP, reduzido cerca de 93%, durante este período, o que conforme o gráfico infra, nos mostra uma queda acentuada.





## Dívida a Fornecedores e Pagamentos em Atraso:

A dívida de curto-prazo a fornecedores ascendia, em 1 de janeiro de 2022, de acordo com os mapas da DGAL (Mapa de pagamentos em atraso), a 86.040,61 euros. Mais uma vez, o valor da dívida de curto prazo é praticamente nulo, e não foi por falta de disponibilidade financeira que a mesma ocorreu, mas sim por questões de funcionamento dos serviços competentes, na conferência dos documentos, atendendo a que a dívida é inconstante de acordo com a data de entrega da faturação. No final do ano, registava-se também o valor de 22.153,30 euros de faturas em receção e conferência.

Quanto aos **pagamentos em atraso** (valores em dívida a fornecedores a mais de 90 dias para além da data de vencimento), manteve-se a situação de inexistência de pagamentos em atraso.

O **prazo médio de pagamentos** que este ano, não foi divulgado pela DGAL, mantém-se idêntico ao verificado no ano transato.

## VI. Poupança Corrente

A poupança corrente cifrou-se em 3.346.000,89€ traduzida no rácio financeiro de expressão da atividade municipal Receitas Correntes/Despesas Correntes, que regista o resultado de 131,92%, apresentando-se garantido o princípio do equilíbrio orçamental conforme al. e) do ponto 3.1.1 do POCAL, segundo o qual “o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”.

Encontra-se, igualmente, cumprido o disposto no nº 2 do art.º 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que refere “a receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”.


Receita Corrente Cobrada Bruta	Despesa Corrente 2022	Amortização Média de Empréstimos MLP	Despesa Corrente + Amortização Média de Empréstimos MLP
13.835.820,66€	10.480.766,65€	685.751,31€	11.166.517,96€

## VII. Análise Patrimonial

### 1. Evolução da Situação Económica e Financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior (POCAL), de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

A análise seguinte, que dá ênfase à situação económico-financeira, sintetiza os resultados alcançados pelo Município de Mogadouro no decurso da sua atividade entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2022 e a sua situação patrimonial e financeira nesta última data.



Nesse sentido, as análises que se apresentam nas próximas páginas visam, permitir uma leitura cabal e fiável da realidade económica e financeira da Autarquia à data do encerramento do exercício.

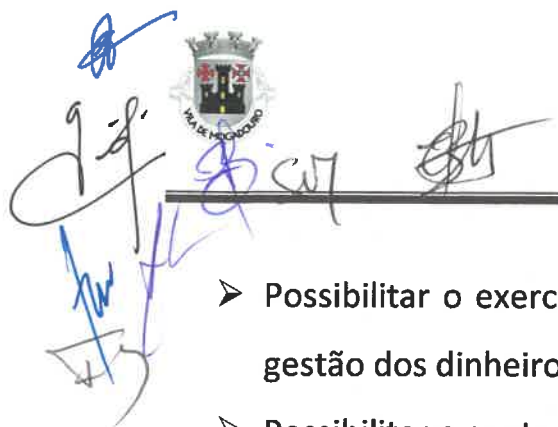
## 1.1. Análise ao Balanço

O Município de Mogadouro atingiu em 2022 o valor de 69.878.841,10 euros, o que significa um crescimento de 633.917,97 euros face ao ano anterior, o equivalente a cerca de 1%.

De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo, sendo certo que de acordo com o manual de implementação do SNC-AP, a opção prevista na IPSAS 33, obriga as entidades a reexpressar o comparativo entre anos de acordo com o SNC-AP.

Este modelo de contabilidade local, deve conter instrumentos de análise tão completos quanto possível ao nível do seu património e da sua evolução, devendo os princípios, as regras e os procedimentos contabilísticos ser organizados de modo a que a contabilidade da Autarquia concretize os seguintes objetivos:

- Proporcionar a elaboração do balanço, revelando a composição e valor do património, bem como a sua evolução;
- Fornecer a informação económica e financeira necessária para a tomada de decisões, políticas e de gestão;
- Fornecer a informação necessária para a elaboração das estatísticas económicas e financeiras;



- Possibilitar o exercício do controlo da legalidade, da eficácia e da boa gestão dos dinheiros públicos;
- Possibilitar o controlo do imobilizado e do endividamento
- Determinar os resultados do exercício, colocando em evidência os Gastos e os Rendimentos dos serviços.

Esta informação deve ser compreensível aos que a desejem analisar e avaliar, sendo a sua utilidade determinada pela observância dos seguintes requisitos:

- **Fiabilidade**, entendida como a qualidade que a informação deve ter, de estar liberta de erros materiais e de juízos prévios, mostrando apropriadamente as operações e outros acontecimentos de acordo com a sua substância e realidade económica;
- **Relevância**, entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões dos seus utentes, ao facilitar a análise dos acontecimentos passados, presentes e futuros ou a confirmar e corrigir as suas avaliações, o que determina até que ponto estas são materialmente úteis;
- **Comparabilidade**, entendida com um duplo sentido: por um lado, a divulgação e quantificação dos efeitos financeiros de operações e de outros acontecimentos que devem ser registados de forma consistente pela entidade e durante o tempo, para identificarem tendências; por outro lado, as entidades devem adotar a normalização, vista como a adoção por todas as entidades de um sistema de contas e de princípios



contabilísticos idêntico, a fim de se conseguir a comparabilidade entre elas.

Desta forma, o resultado final será a obtenção de demonstrações financeiras geralmente descritas como apresentando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do resultado das operações da entidade, evidenciando como decorreu o processo de gestão da Autarquia e o modo como foram utilizados os recursos.

O balanço é normalmente elaborado e reportado à data de encerramento do exercício económico, regra geral coincidente com o ano civil, e tem como finalidade refletir a posição financeira e patrimonial da Autarquia.

## Balanço

ATIVO	2022	2021	Varição
Ativos fixos tangíveis	61.589.773,06€	60.489.848,91€	1,8%
Propriedades de investimento	1.660.128,80€	1.705.382,60€	-2,6%
Ativos intangíveis	39.399,77€	32.688,36€	20,5%
Participações financeiras	3.740,98€	3.740,98€	0%
Diferimentos	2.157,59€	0€	100%
Outros Ativos Financeiros	447.889,50€	447.889,50€	0%
<b>Ativo não Corrente</b>	<b>63.743.089,70€</b>	<b>62.679.550,35€</b>	<b>1,7%</b>
Inventários	62.099,28€	47.891,76€	29,7%
Clientes, contribuintes e utentes	189.903,99€	177.374,00€	6,6%
Estado e outros entes públicos	28.351,31€	38.571,66€	-26,8%
Outras contas a receber	0€	0€	-100%
Diferimentos	124.438,12€	121.039,77€	2,8%
Caixa e depósitos	5.730.958,70€	6.180.495,59€	-7,3%
<b>Ativo Corrente</b>	<b>6.135.751,40€</b>	<b>6.565.372,79€</b>	<b>-6,5%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>69.878.841,10€</b>	<b>69.244.923,13€</b>	<b>0,9%</b>

Património Líquido e Passivo	2022	2021	Variação
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>67.985.966,56€</b>	<b>67.545.554,08€</b>	<b>0,7%</b>
Património/Capital	16.067.419,56€	16.067.419,56€	0
Resultados Transitados	9.376.561,73€	10.510.711,29€	-20,2%
Outras variações no Património Líquido	44.127.572,94€	42.696.026,32€	8,6%
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>-1.585.587,67€</b>	<b>-1.728.603,09€</b>	<b>-10,8%</b>
<b>Total do Passivo Corrente</b>	<b>1.892.874,54 €</b>	<b>1.699.369,05€</b>	<b>11,4%</b>
Fornecedores	34.257,63€	86.590,72€	-60,4%
Estado e outros entes públicos	45.817,33€	39.792,96€	15,1%
Financiamentos obtidos	108.252,82€	216.505,60€	-50,0%
Fornecedores de investimento	0€	0€	-100%
Outras contas a pagar	1.704.546,76€	1.356.479,77€	25,6%
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>	<b>69.878.841,10€</b>	<b>69.244.923,13€</b>	<b>0,9%</b>

Os ativos fixos tangíveis representam 88,1% do total do ativo e registaram um crescimento superior a um milhão de euros, que resulta sobretudo do valor das amortizações e das reversões efetuadas, ter sido inferior ao valor das obras efetuadas e bens adquiridos.

O saldo de disponibilidades de 5.730.958,70 euros registado em 31/12/2022 mostra um decréscimo de 449.536,89 euros em relação a 2021, dos quais 262.457,93€, são relativos a operações de tesouraria, ou seja dinheiro a devolver a outras entidades.

Este bom momento é refletido também no passivo, com uma diminuição da dívida de Financiamentos obtidos, que baixaram dos 216.505,60 euros em 2021, para os 108.252,82 euros em 2022.

Em relação ao passivo, o Município de Mogadouro fechou o ano com um valor de 1.892.874,54 euros, sendo constituído na totalidade por passivo corrente.

O total do Património Líquido do Município é agora de 67.985.966,56 euros, o que traduz um acréscimo de 440.412,48 euros relativamente ao ano anterior.

## 1.2. Análise à Demonstração de Resultados

A análise terá agora como principal abordagem a Demonstração de Resultados, peça financeira que agrupa e classifica por natureza, os vários tipos de rendimentos e gastos, que ocorrem num determinado período de tempo, por regra coincidente com o exercício económico, facultando a interpretação do desempenho do Município, e da sua atividade nesse período.

### Demonstração dos Resultados

Rubricas	DATAS	
	2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	1 129 144,68€	1 093 319,90€
Vendas	341 768,53€	267 904,26€
Prestações de serviços e concessões	863 623,54€	732 721,32€
Transferências e subsídios correntes obtidos	10 748 709,65€	9 728 823,28€
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	3.409,09€	0 €
Trabalhos para a própria entidade	13.317,33€	0 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-211 640,88€	-477 947,06€



Fornecimentos e serviços externos	-4 041 687,64€	-3 580 632,33 €
Gastos com pessoal	-4 218 581,39€	-3 745 881,38 €
Transferências e subsídios concedidos	-2 463 859,82€	-2 116 826,14 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0 €	-6 639,98 €
Provisões (aumentos/reduções)	933,68€	0 €
Outros rendimentos	2 441 034,56€	2 332 191,42 €
Outros gastos	-878 065,54€	-87 677,09 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	3 728 105,79€	4 139 356,20 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-5 315 843,15€	-5 865 661,57 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	-1 587 737,36€	-1 726 305,37 €
Juros e rendimentos similares obtidos	4.855,25€	0 €
Juros e gastos similares suportados	-2 705,56€	-2 297,72 €
Resultado antes de impostos	-1 585 587,67€	-1 728 603,09 €
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-1 585 587,67€</b>	<b>-1 728 603,09€</b>

Pela diferença entre as rubricas de rendimentos e as rubricas de gastos que ocorreram ao longo do exercício de 2022, apura-se o resultado do exercício **(Rendimentos – Gastos = Resultados)**.

O **Resultado Líquido do Período** cifrou-se no valor negativo de **1.585.587,67€**, menos 10,8% do que o registado em 2021.

Analisada a estrutura da **Demonstração de Resultados**, no global, verificam-se algumas alterações na repartição do peso percentual de cada uma

das contas que a integram, quer ao nível de “Gastos”, quer ao nível do “Rendimentos”.

Em termos globais, comparando **Rendimentos** com **Gastos**, verifica-se um saldo negativo uma vez que, os primeiros foram inferiores aos segundos, cuja diferença é traduzida por um **Resultado Líquido do Exercício** negativo, como já foi dito.

Na rubrica de **rendimentos**, denota-se:

- Um aumento de **3,28%**, na rubrica de “Impostos, contribuições e taxas resultado do aumento na liquidação do imposto municipal sobre imóveis, imposto único de circulação e também das taxas;
- um aumento de **10,5%**, na componente de Transferências e Subsídios correntes obtidos, decorrente, grosso modo, da alteração do valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro corrente e principalmente da Transferência de competências de acordo com a LEI 50/2018;
- Verifica-se uma significativa variação positiva de **27,57%**, na componente “Prestação de serviços e concessões”, resultante essencialmente da cobrança de água, saneamento e resíduos bem como das respetivas tarifas de disponibilidade.
- Na rubrica de **gastos** regista-se:
- Aumento de **16,39%**, na rubrica “transferências e subsídios concedidos”, decorrente de acréscimo do valor das transferências para Associações de Municípios e para Instituições sem fins lucrativos;



- Aumento dos “Fornecimentos e Serviços Externos” em 12,87% motivado pelo aumento dos custos com combustíveis, conservação e reparação de bens e recolha de resíduos;
- Aumento de 12,62% nos “Gastos com o Pessoal”, relacionado com os vencimentos e seus custos associados como a Segurança Social e a Caixa Geral de Aposentações, sendo a transição do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas, a responsável principal por este aumento;
- Diminuição de 55,72% no “Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas”, sendo o valor dos Outros Fornecimentos e Serviços, o responsável por esta redução;
- Diminuição em 9,4%, na rubrica “gastos de depreciação e amortização”, porque não se registaram tantos abates de ativos como no ano anterior.



## VIII. Proposta de Aplicação dos Resultados

De acordo com as Demonstrações Financeiras do ano de 2022, o resultado líquido negativo de 1.587.737,36€, valor evidenciado tanto no Balanço como na Demonstração de Resultados, que deveria ser coberto pelas reservas, como as mesmas não estão constituídas, o Órgão Executivo propõe que os resultados negativos transitem em conta, à semelhança dos resultados de anos anteriores.